

ELEIÇÕES 2018

*Propostas dos presidenciáveis
para a educação brasileira*



ABMES®

Associação Brasileira de
Mantenedoras de Ensino Superior

Presidência

Diretor presidente

José Janguê Bezerra Diniz

Vice-Presidentes

Celso Niskier

Daniel Faccini Castanho

Débora Brettas Andrade Guerra

Colegiado da Presidência

Custódio Filipe de Jesus Pereira

Eduardo Storopoli

Guilherme Marback Neto

Jouberto Uchôa de Mendonça Júnior

Márcio Antonio de Camargo Barros

Paulo Antonio de Azevedo Lima

Ronaldo Mota

Valdir José Lanza

Wilson de Matos Silva

Suplentes

Bruno Eizerik

Edgard Larry Andrade Soares

Ednilson Aparecido Guiotti

Getúlio Américo Moreira Lopes

José Wilson dos Santos

Conselho de Administração

Presidente

Gabriel Mario Rodrigues

Membros Natos

Candido Mendes de Almeida

Édson Pinheiro de Souza Franco

Membros Titulares

Antônio Veronezi

Carmen Luiza da Silva

Hermes Ferreira Figueiredo

Jânnyo Janguê Bezerra Diniz

Manoel Joaquim de Barros Sobrinho

Paulo Cesar Chanan

Suplentes

Antonio Colaço Martins

Arthur Sperandeo de Macedo

Ednilton Gomes de Soárez

Eduardo Soares de Oliveira

Hiran Costa Rabelo

Ihanmarck Damasceno

Conselho Fiscal

Alberto Jorge Omena Vasconcelos

Carlos Joel Pereira

Eliziário Pereira Rezende

Maria Eliza de Aguiar e Silva

Tales de Sá Cavalcante

Suplentes

Alfredo Alves de Oliveira Melo

Maria Antonieta Alves Chiappetta

Diretoria Executiva

Diretora-Geral

Cristina Maria Miranda de Sousa

Vice-Diretor-Geral

Thiago Rodrigues Pêgas

Diretor Administrativo

Paulo Muniz Lopes

Diretor Técnico

Ryon Cassio Braga

Diretor Executivo

Sólon Hormidas Caldas

Organização e elaboração

Ana Flávia Flôres

Revisão

Lidyane Lima

Projeto gráfico e diagramação

Gherald George

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"

Edifício Vision Work & Live, 9º andar

CEP: 70.701-060

Asa Norte, Brasília/DF

Fone: (61) 3322-3252

E-mail: abmes@abmes.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PONTO DE PARTIDA	07
Números da educação superior	08
Representatividade do setor particular	08
Escolaridade da população	08
Investimento público na educação	09
Metas do PNE	09
Evasão	09
Impactos no emprego e na renda	10
ELEIÇÕES 2018 E EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E PROSPECTS	11
Qualidade da educação superior ofertada no país	14
Percepções sobre o sistema educacional brasileiro	17
PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO: RESUMO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO	18
ALVARO DIAS (PODE)	19
CABO DACIOLO (PATRI)	20
CIRO GOMES (PDT)	21
EYMAEL (DC)	23
FERNANDO HADDAD (PT)	24
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	25
GUILHERME BOULOS (PSOL)	26
HENRIQUE MEIRELLES (MDB)	28
JAIR BOLSONARO (PSL)	29
JOÃO AMOEDO (NOVO)	30

JOÃO GOULART FILHO (PPL)	31
MARINA SILVA (REDE)	32
VERA LÚCIA (PSTU)	33

EDUCAÇÃO NOS PROGRAMAS DE GOVERNO 34

ALVARO DIAS (PODE)	35
CABO DACIOLO (PATRI)	36
CIRO GOMES (PDT)	40
EYMAEL (DC)	46
FERNANDO HADDAD (PT)	47
GERALDO ALCKMIN (PSDB)	53
GUILHERME BOULOS (PSOL)	55
HENRIQUE MEIRELLES (MDB)	69
JAIR BOLSONARO (PSL)	71
JOÃO AMOEDO (NOVO)	76
JOÃO GOULART FILHO (PPL)	78
MARINA SILVA (REDE)	80
VERA LÚCIA (PSTU)	83

ANEXO 84

ELEIÇÕES 2018 – 10 PROPOSTAS RELEVANTES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA



APRESENTAÇÃO

Em 2018 comemora-se 30 anos da promulgação da Constituição Federal, lei suprema do país sob a qual estão submetidas todas as demais normativas do ordenamento jurídico nacional. Conhecida como Constituição Cidadã por instituir um Estado Democrático destinado a assegurar o amplo exercício dos direitos sociais e individuais, entre eles o direito de todo cidadão à educação, a aprovação da Carta Magna é um dos grandes marcos do reestabelecimento da democracia no país após 21 anos sob o comando de um regime militar.

Na esteira da retomada do processo democrático e inspirada pela nova concepção de bem-estar social estabelecida a partir de 1988, há três décadas a construção de um novo paradigma de educação para o país tem mobilizado sociedade e governos.

Eleição após eleição, exatamente sete desde 1989, o tema tem se mantido na pauta dos presidentiáveis, geralmente como um dos eixos estratégicos para a transformação do Brasil na nação próspera, justa e soberana que todos almejam. Contudo, nem sempre a educação recebe a atenção que lhe é devida, chegando a ser colocada em segundo plano no contexto eleitoral atrás de questões como economia, infraestrutura e política internacional.

Quatro anos se passaram desde a última eleição presidencial e estamos novamente diante de um cardápio de candidatos e suas propostas. Desde 1989 não se tinha tantas opções: 13 nomes acompanhados por seus partidos, coligações, orientações políticas e propostas de nação.

Diante de um cenário tão diverso, não é tarefa simples conhecer as propostas para a educação apresentadas por cada aspirante ao posto máximo do Executivo Federal nessas eleições de 2018. Sendo assim, ao consolidar os conteúdos relativos à educação dos programas de governo, este documento tem como principal objetivo facilitar o entendimento do setor de educação superior particular com relação à temática dentro do cenário político-eleitoral que em breve definirá os rumos do país para os próximos quatro anos.

Com esta iniciativa inédita, a ABMES também pretende fornecer instrumentos para que a população brasileira conheça as propostas dos presidenciáveis para a área, já que normalmente muito pouco é efetivamente apresentado e/ou debatido durante o período de campanha eleitoral.

Além da totalidade dos trechos que fazem referência à educação, também está disponível um capítulo no qual os principais aspectos pertinentes ao contexto educacional são apresentados de forma resumida, com destaque para as propostas voltadas para a educação superior.

Por fim, partindo do pressuposto de que os programas de governo precisam dialogar com a realidade nacional e também com as expectativas da população, aqui também são apresentados dados atuais sobre a educação no Brasil; os resultados de pesquisa realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights sobre o que pessoas que pretendem cursar a graduação e aquelas que já são universitárias almejam em termos de políticas públicas para a área e a íntegra de decálogo elaborado pelo Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular com as propostas do setor para a educação superior brasileira.

Assim, de posse desse conjunto de dados e informações, o setor particular de educação superior e a população não apenas ficam informados sobre as principais diretrizes que pautarão o processo eleitoral, como têm em mãos um mapa capaz de orientar na condução dos diálogos e nas proposições apresentadas ao novo governo que tomará posse em janeiro de 2019, quando será iniciada uma nova etapa: a de monitoramento da implementação das promessas de campanha.

Boa leitura!

Brasília/DF, 11 de setembro de 2018.



PONTO DE PARTIDA

Eleição após eleição, candidatos se comprometem com uma série de medidas para elevar a educação brasileira a patamares mais altos em aspectos como qualidade e ampliação do acesso. A diretrizes que nortearão as políticas públicas implementadas em uma eventual gestão são apresentadas no programa de governo, documento obrigatório para o registro de candidaturas na Justiça Eleitoral.

Em geral, para cada tema abordado nos programas são apresentadas propostas de solução ou mitigação dos problemas enfrentados na área ou de valorização e impulsionamento de ações que já se mostraram bem-sucedidas. Para isso, é fundamental que o postulante demonstre clara compreensão da realidade, bem como do desafio a ser superado. A expectativa é de que os planos de governo apresentem propostas de políticas capazes de incidir de forma efetiva nas adversidades de modo a favorecer o desenvolvimento socioeconômico da nação.

Sendo assim, para facilitar a análise das propostas dos presidenciais para as eleições de 2018 à luz do atual contexto educacional brasileiro, disponibilizamos a seguir uma breve seleção de dados e estatísticas, principalmente sobre o nível superior. Os números também servem para que sejam identificadas eventuais lacunas nas propostas dos presidenciais.

Números da educação superior

- O Brasil possui **8.048.764** universitários.
- As instituições de ensino superior totalizam **2.407** unidades.
- A maior parte das instituições está localizada na região Sudeste: **1.126**.

Fonte: Censo da Educação Superior 2016 – Inep/MEC

Representatividade do setor particular

- **88%** das instituições de educação superior brasileiras são privadas.
- **75%** dos estudantes de ensino superior estão nas instituições particulares de educação superior.

Fonte: Censo da Educação Superior 2016 – Inep/MEC

Escolaridade da população

- **11,5 milhões** de brasileiros são analfabetos¹.
- Apenas **37%** das crianças de 2 anos e **60%** das de 3 anos estavam na educação infantil em 2015².
- Em 2015, **mais da metade** dos adultos com idades entre 25 e 64 anos não tinham acesso ao ensino médio³.
- **17%** da população adulta não tinha concluído a educação básica em 2015⁴.
- Entre os jovens de 18 anos, **menos da metade** cursava o ensino médio ou superior em 2015⁵.
- Apenas **15%** dos jovens adultos brasileiros (25 a 34 anos) possuem educação superior⁶.

Fontes:

¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Pnad de 2017 – IBGE

^{2a6} Education at a Glance 2017 – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE

Investimento público na educação

- **6%** do Produto Interno Bruto (PIB) nacional é investido na educação.
- Em 2015, governo federal investiu aproximadamente **0,7%** do PIB na educação superior, sendo **0,5%** nas universidades federais.
- Alunos matriculados nas universidades públicas brasileiras custam, em média, **de duas a três vezes mais** do que alunos matriculados em instituições particulares.

Fonte: Instituto de Estatística da Unesco, Indicadores Mundiais de Educação – Um ajuste justo: Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil – Banco Mundial

Metas do PNE

- Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para **50%** e a taxa líquida para **33%**¹.
- Para atingir a meta referente à taxa bruta de matrículas, o índice anual de crescimento precisa ser de **4,8%**².
- Para atingir a taxa líquida, o desafio é ainda maior: crescimento necessário é de **8,1%** ao ano no número de matrículas³.

Fontes:

¹ Meta 12 do Plano Nacional de Educação – PNE

^{2 e 3} Educação Superior no PNE – Metas & Desempenho – ABMES/Educa Insights, 2018

Evasão

- A taxa média de abandono da graduação em 2016 foi de **26%**, chegando a **31%** nas instituições particulares.
- **36%** da evasão na educação superior está relacionada a motivos financeiros.
- A evasão de estudantes que utilizam financiamento estudantil é **3 vezes** menor do que a dos que não fazem uso da política pública.

Fontes:

¹ Censo da Educação Superior 2016 – Inep/MEC

^{2 e 3} Financiamento Estudantil – Impacto na educação superior e perfil do estudante beneficiado – ABMES/Educa Insights

Impactos no emprego e na renda

- Pessoas com educação superior completa possuem rendimento médio aproximadamente **3 vezes** maior que o daquelas com ensino médio.
- A taxa média de desocupação dos brasileiros no primeiro trimestre de 2018 era de 13,1%, mas entre pessoas com educação superior o percentual cai para **6,6%**.
- Apesar desse contexto **48,5 milhões** de pessoas com idades entre 15 e 29 anos (23% da população nessa faixa etária) não estudam nem trabalham.

Fonte:

^{1 e 2} PNAD Contínua 2018 – IBGE

³ PNAD Contínua 2017 – IBGE



ELEIÇÕES 2018 E EDUCAÇÃO: O QUE PENSAM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR E PROSPECTS

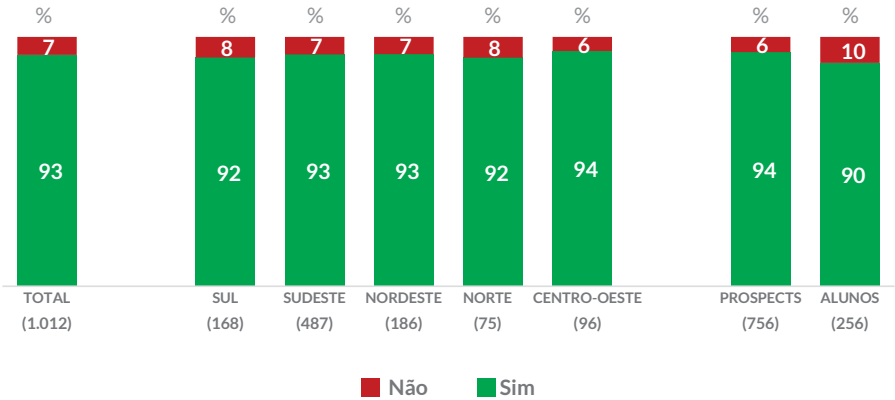
Seguindo a linha de que a compreensão do contexto nacional com relação ao universo da educação é fundamental para a proposição de políticas públicas que dialoguem com os anseios e necessidades da população, este capítulo apresenta os principais resultados da pesquisa *Eleições 2018 e Educação – Percepções sobre políticas públicas e o processo educacional no Brasil*.

Realizado pela ABMES em parceria com a empresa de pesquisas educacionais Educa Insights, o levantamento mapeou o que pensam sobre o contexto educacional brasileiro pessoas que pretendem cursar a educação superior nos próximos 12 meses e aquelas que já estão matriculadas na graduação.

O estudo ouviu 1.012 homens e mulheres de todas as regiões do país, com idades entre 18 e 50 anos e pertencentes a todas as classes sociais.

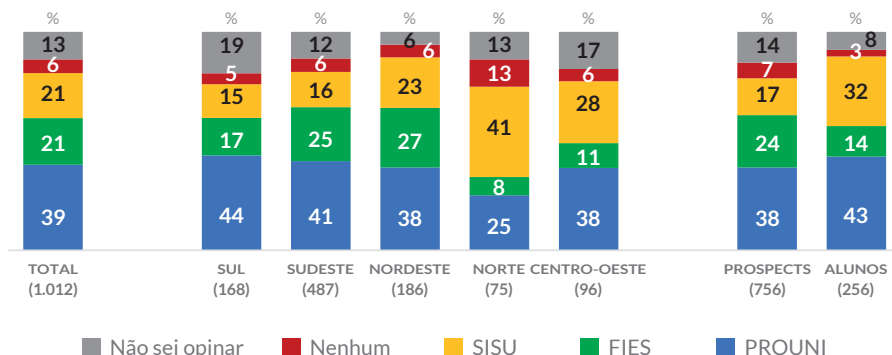
Entre as principais constatações está o fato de que para 93% das pessoas entrevistadas a responsabilidade pelo acesso à educação superior é, majoritariamente governamental. Para elas, é papel do poder público desenvolver políticas que estimulem e viabilizem a continuidade do fluxo de formação educacional.

É papel do governo desenvolver políticas que estimulem o acesso da população à educação superior?



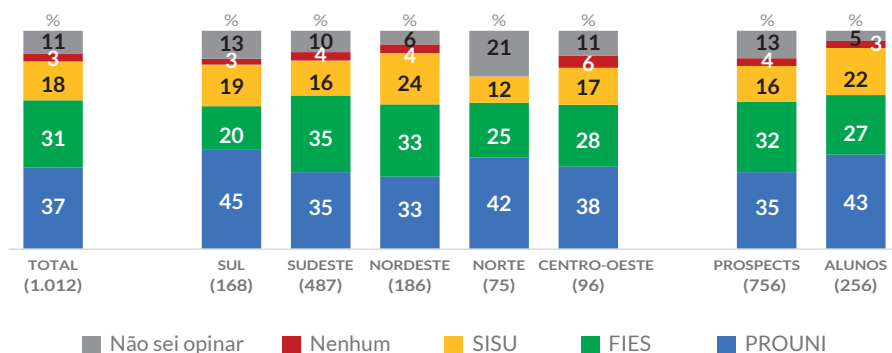
Nesse sentido, a maior parte das pessoas ouvidas considerou que o Programa Universidade para Todos (ProUni) é a iniciativa que oferece melhores condições de acesso à educação superior, superando inclusive o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), forma de ingresso nas universidades públicas para candidatos participantes do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem). Essa constatação reflete o atual cenário da educação superior no país, composto em sua maioria por instituições particulares cujas mensalidades consistem em impeditivo para que grande parte da população brasileira consiga cursar a almejada graduação.

Qual programa social do Ministério da Educação oferece melhores condições de acesso à educação superior?



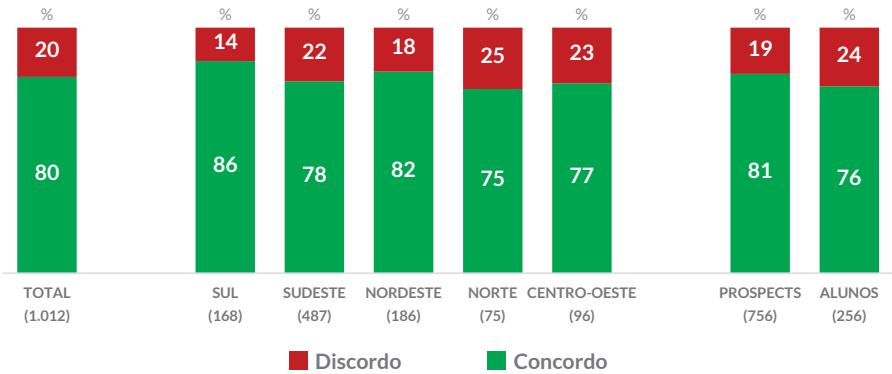
A relevância atribuída ao ProUni também foi manifestada quando as pessoas foram questionadas sobre qual programa de acesso à educação superior deveria receber mais atenção do governo. Nesse ponto, também o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) foi bastante mencionado, superando em muito as menções ao SisU, consolidando o entendimento de que o fortalecimento do setor particular na educação superior é permanente e de que ou o governo valoriza as políticas públicas que utilizam a rede de instituições privadas ou o país continuará negligenciando o direito à educação e estagnado entre as nações com os piores índices educacionais do globo.

Qual programa social do Ministério da Educação de acesso à educação superior deveria receber mais atenção do governo?



Há que se ressaltar, ainda, que para 80% dos entrevistados as faculdades particulares são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e deveriam receber mais apoio do Ministério da Educação.

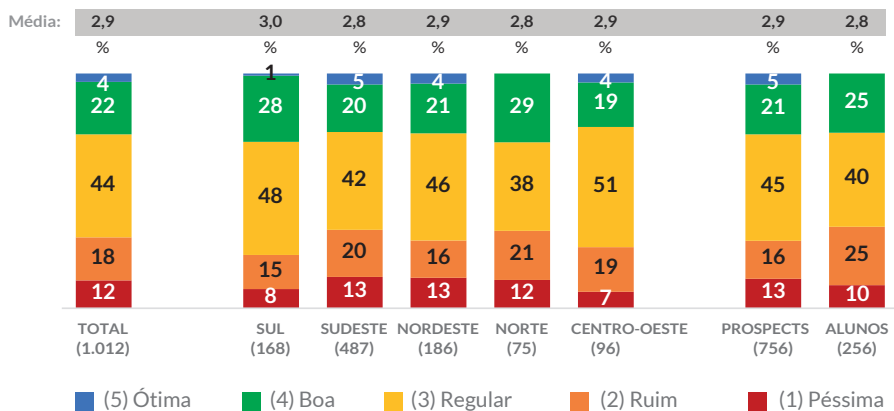
Como você avalia a frase: "As faculdades particulares são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e deveriam receber mais apoio do Ministério da Educação, já que são responsáveis por 75% do universo da educação superior"?



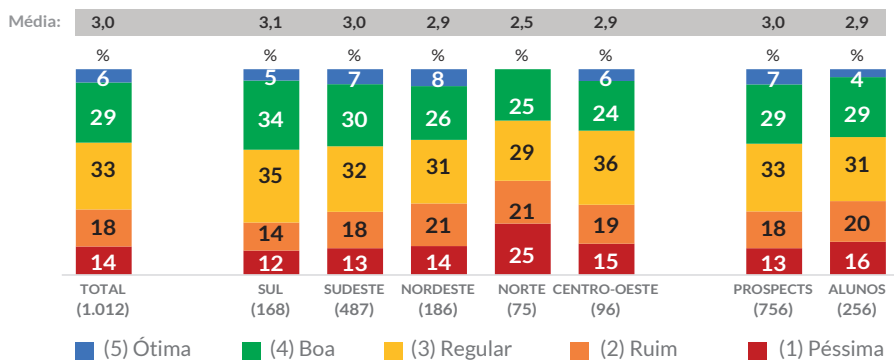
Qualidade da educação superior ofertada no país

Em um contexto no qual o nível terciário é avaliado como regular, a pesquisa realizada pela ABMES em parceria com a Educa Insights verificou que, de modo geral, as instituições particulares são mais bem avaliadas do que as públicas. Chama a atenção ainda o fato de as universidades públicas terem sido classificadas como péssimas em um percentual duas vezes maior do que o verificado para as privadas.

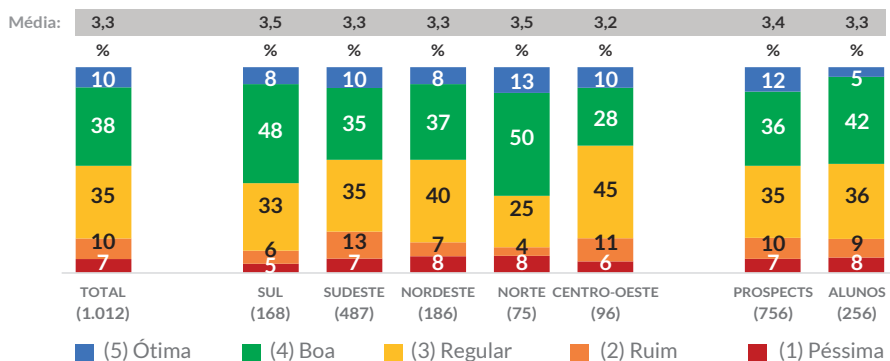
Como você avalia a qualidade da educação superior no Brasil?



Como você avalia a qualidade da educação superior PÚBLICA no Brasil

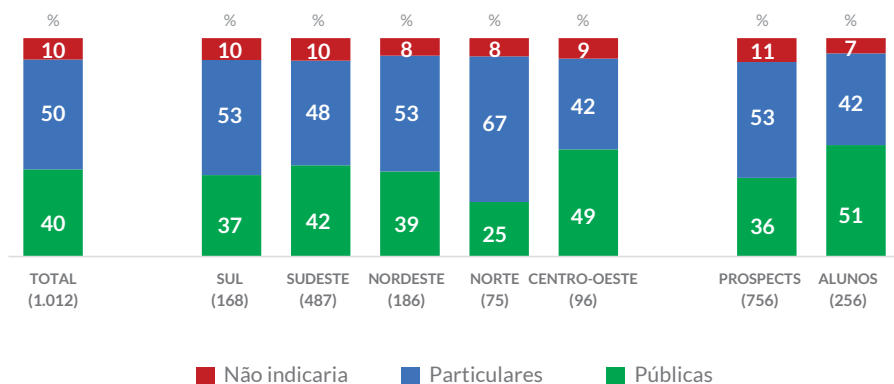


Como você avalia a qualidade da educação superior PRIVADA no Brasil



Ainda na linha da qualidade das graduações ofertadas, a pesquisa constatou que a maior parte dos entrevistados indicariam uma instituição particular a parentes ou amigos.

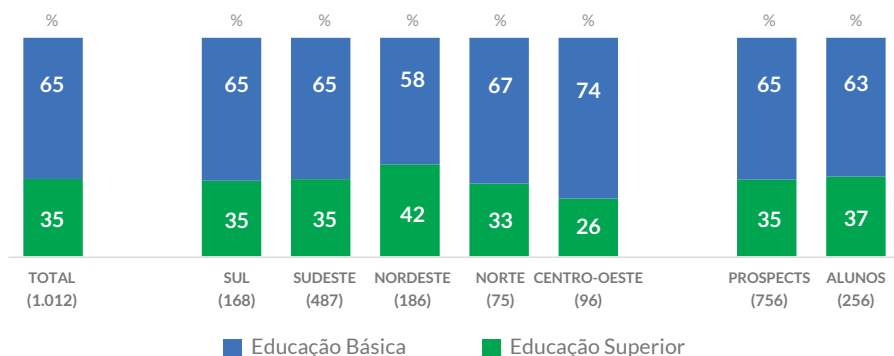
Se você fosse indicar uma instituição de educação superior para um parente ou amigo, ela seria:



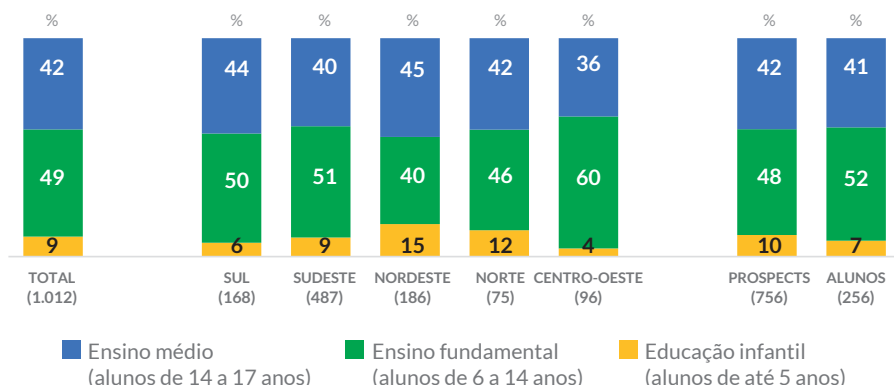
Percepções sobre o sistema educacional brasileiro

Embora os entrevistados reconheçam as instituições particulares de educação superior como agentes fundamentais para o desenvolvimento nacional, a maior parte acredita que a educação básica deveria ser a prioridade do governo federal, principalmente o ensino fundamental.

Qual etapa do sistema educacional brasileiro deveria receber maior atenção do Ministério da Educação?



Pensando na educação básica, qual etapa escolar deveria ser prioridade para o Ministério da Educação?





PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO: RESUMO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Com o objetivo de otimizar a visualização das principais propostas dos presidencialíveis para a área, especialmente as relacionadas à educação superior, apresentamos a seguir uma síntese dos principais aspectos abordados pelos candidatos em seus programas de governo.

O programa de governo do candidato aponta a educação como uma das prioridades do Plano de 19 Metas estabelecido pelo presidencial, ao lado de emprego, segurança e saúde. A educação é mencionada como uma das áreas que será beneficiada pelo Programa Nacional de Inovação.

O item dedicado ao tema, intitulado "Educação do futuro", é composto por três pontos:

- 100% de alunos no ensino integral até 2022;
- Web-Educação e capacitação de professores;
- Projeto 200 Gênios para Universidades.

Por fim, em carta direcionada aos prefeitos e anexada ao programa, o candidato propõe tornar permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e a priorização da educação infantil e do ensino fundamental.

Educação superior

A única proposta que aparentemente envolve o nível terciário da educação é o Projeto 200 Gênios para Universidades. Entretanto, não é possível saber se a política é destinada a estudantes que já cursam esse nível de ensino ou se tem como objetivo identificar pessoas com altas habilidades que ainda estejam cursando o ensino médio e prepará-las para o ingresso em instituições de educação superior.

Em seu programa de governo, o candidato reforça que as sociedades mais desenvolvidas do mundo somente chegaram ao alto nível de progresso e desenvolvimento porque investiram maciçamente em educação.

Nesse contexto, ele afirma que vai aumentar o repasse de recursos aos estados e municípios para que os índices referentes à educação básica melhorem.

O presidencialável também destaca a intersetorialidade com que serão elaboradas as políticas públicas para a área em um eventual governo e afirma que sua gestão vai

erradicar o analfabetismo; extinguir a evasão escolar; elaborar planos de carreiras mais abrangentes e eficientes para os profissionais da educação; aumentar a despesa pública voltada para a educação, além de implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e que qualifiquem a população para atender as demandas do mercado de trabalho.

Educação superior

Cabo Daciolo ressalta o crescimento dos gastos com as universidades federais entre 2009 e 2016 (40%), além da ampliação do número de estudantes no mesmo período (44%). Entretanto, ele critica a redução de 7% dos recursos para essas instituições no segundo semestre de 2017.

O candidato também desaprova o alto gasto das instituições públicas com a folha de pagamento e afirma que vai valorizar as universidades federais que já existem e criar novas, além de construir mais *campi*. O programa inclui, ainda, a fundação de institutos federais de ensino técnico e a valorização dos que já existem.

Com um capítulo dedicado ao tema, o candidato se compromete a investir maciçamente na educação, caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à educação e persistir no atingimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Ciro Gomes também assume o compromisso de "eliminar o subfinanciamento das despesas com educação causado pela Emenda do Teto de Gastos".

O programa de governo do presidencialável contempla sete objetivos para a política educacional, como a universalização do acesso para pessoas com idades entre 4 e 7 anos, a eliminação do analfabetismo escolar, a elevação da média de anos de estudo da população e a melhoria da qualidade.

Para isso, estabelece o que chama de "instrumentos necessários para viabilizar esses objetivos":

- Uma base nacional comum curricular;
- O desenho do novo Fundeb;
- Um processo adequado de formação e seleção de professores;
- A capacitação contínua de gestores e professores;
- Regras de desenvolvimento profissional dos professores, reconhecimento de sua importância e melhoria das condições de trabalho;
- Uma estrutura de incentivos adequada para os professores;
- Uma estrutura de incentivos que premie os estados e municípios de acordo com a adesão às políticas e práticas propostas pelo Governo Federal;
- Um processo bem estruturado de avaliação dos resultados obtidos pelos estudantes.

Educação superior

Para esse nível de ensino, as propostas são as seguintes:

- Manutenção da gratuidade nas universidades e institutos de ensino federais;

- Manutenção das atuais políticas de cotas e do acesso via Enem e SisU;
- Aprimoramento do ProUni e Fies;
- Facilitação dos mecanismos para estabelecimento de convênios entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas;
- Estímulo à associação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas para projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias;
- Recuperação da política de bolsas de estudo para a graduação e pós-graduação.

Ao propor a construção de um Brasil novo e melhor, o candidato afirma que a educação será priorizada "como vetor fundamental para o desenvolvimento do País, avanço social e cidadania plena".

Para isso, ele elenca nove ações que serão prioritárias no seu governo, caso seja eleito. Entre elas estão a promoção do período integral no ensino fundamental, assim como a introdução da disciplina Educação Moral e Cívica e o incentivo à municipalização do desse nível de ensino.

Educação superior

As propostas para o ensino terciário consistem na ampliação de vagas nos cursos das universidades federais, sobretudo no período noturno, e no acréscimo de oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.



Divido em cinco grandes eixos, a educação integra o item “Novo pacto federativo para promoção dos direitos sociais” do programa de governo do candidato.

Ao apresentar a educação como um direito humano fundamental e instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social, o texto discorre sobre uma série de realizações dos governos Lula e Dilma.

Entre as diretrizes para um eventual próximo governo estão a concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação; a institucionalização do novo Fundeb, de caráter permanente; e a retomada dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal.

O programa também prevê a implementação da Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente para subsidiar estados, DF e municípios na realização de concursos públicos para a contratação de professores para a educação básica, e a dispensa de atenção especial ao ensino médio.

Educação superior

No documento, o candidato afirma que vai voltar a investir nesse nível de ensino e ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. De acordo com o texto, universidades e institutos federais serão fortalecidos, interiorizados e expandidos com qualidade e financiamento permanente. Ademais, serão recompostos os orçamentos das universidades e institutos federais e o Programa Nacional de Assistência Estudantil será fortalecido.

Com seu programa de governo dividido em três eixos, o candidato distribui suas propostas ao longo deles.

Em "O Brasil da indignação", existem três diretrizes que, em maior ou menor medida, se relacionam com educação e/ou o contexto no qual ela está inserida:

- Estabelecer uma cultura de acompanhamento e avaliação dos resultados de todas as políticas públicas implementadas pelo Estado.
- Criar mecanismos de transparência para que o cidadão possa acompanhar a execução das políticas públicas e opinar sobre elas.
- Descentralizar o poder e dar mais autonomia para estados e municípios.

O eixo "O Brasil da solidariedade" segue a mesma linha, destacando, contudo, ações voltadas para a educação básica:

- Vamos dar prioridade à primeira infância. Promoveremos a integração de programas sociais, de saúde e educação, do período pré-natal até os seis anos de idade, para que nossas crianças possam ter, de fato, igualdade de oportunidades.
- Investiremos na educação básica de qualidade e teremos como meta crescer 50 pontos em 8 anos no PISA - o mais importante exame internacional de avaliação do ensino médio.
- A revolução na educação básica requer um sério investimento na formação e qualificação dos professores. Vamos transformar a carreira do professor numa das mais prestigiadas e desejadas pelos nossos jovens.
- Garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2027.

Educação superior

Concentradas no eixo "O Brasil da esperança", as propostas do presidencial para a educação superior consistem no compromisso de fortalecer o ensino técnico e tecnológico, além de estimular parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia e o conhecimento aplicado em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil.



Em seu programa, o candidato afirma que um eventual governo terá como diretriz "a certeza de que uma sociedade democrática somente é possível com educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade, assegurada a todos e todas, como dever do Estado, tal como estabelecido pela Constituição Federal".

Boulos também anuncia que trabalhará para reverter as ações de privatização da educação e que sua primeira medida será encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95 que congelou os gastos sociais por 20 anos.

O presidenciável se compromete com a retomada do Fórum Nacional de Educação, da Conferência Nacional de Educação (Conae) e com a reformulação do Conselho Nacional de Educação (CNE), tanto na sua composição quanto na sua definição.

O presidenciável do PSOL promete, ainda, o fortalecimento das escolas, em todos os níveis, como espaços de debate de ideias, livres de todas as formas de preconceito. Além disso, o candidato diz que durante o seu governo serão criadas as condições legais e financeiras para que em 2024 o país alcance o percentual de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) aplicado na educação pública.

Educação superior

Ao defender a utilização de recursos públicos para as escolas públicas, Boulos afirma que será feita uma auditoria em todos os programas federais que repassam recursos públicos para o setor privado e que será feita uma "transição do ProUni e do Fies entre a oferta subsidiada pelo Estado para a oferta pública".

O candidato se compromete também com o envio para o Congresso Nacional, no menor prazo possível, de normas para a regulação do exercício privado da oferta educacional e a moratória de um ano para as dívidas estudantis contraídas por meio do Fies, seguida de um programa de refinanciamento dos débitos.

No que tange às metas do PNE para a educação superior, o programa prevê a retomada do crescimento da oferta pública, visando gerar 1 milhão de novas vagas em universidades, tendo como fundamento a expansão dos institutos federais e promovendo a integração desses com as universidades federais.

Um eventual governo do candidato colocará como um dos eixos do desenvolvimento do país a produção do conhecimento, partindo do entendimento que o local privilegiado dessa tarefa se dá nas universidades públicas.

Por fim, considerando a obrigação constitucional de regulação do setor privado e o peso que este possui na oferta do ensino superior, será encaminhada ao Congresso Nacional uma proposta de regulação do setor educacional privado com os seguintes pontos:

- i. Combate à oligopolização do setor;
- ii. Regulamentação da participação acionária de empresas transnacionais na propriedade de estabelecimentos privados, como parte de uma transição que leve ao seu impedimento;
- iii. Estabelecer regras que garantam padrão de qualidade para o funcionamento das instituições;
- iv. Garantia de gestão democrática e liberdade de organização dos segmentos educacionais;
- v. Construção de novos padrões de formação dos professores, por meio de diálogo com as universidades públicas;
- vi. Apoiar o desenvolvimento acadêmico das instituições privadas sem fins mercantis, objetivando fortalecer o sistema de ensino superior com base nas referências de qualidade social.

Com seu programa de governo estruturado em três eixos, as propostas relacionadas ao universo da educação estão concentradas no segundo, intitulado como "O Brasil mais justo".

Ali o candidato traça um breve panorama da realidade da educação básica no país e apresenta sua única proposta para a área: a criação de um programa nos moldes do ProUni para que todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família tenham o direito de colocar seus filhos em creches particulares.

Educação superior

A única menção a esse nível de ensino aparece no terceiro eixo do programa, denominado "O Brasil mais integrado". Com foco na ampliação da infraestrutura urbana do país, o texto diz que as universidades podem ser envolvidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no processo de identificação das obras prioritárias.

Em seu programa de governo, o candidato afirma que educação, saúde e segurança serão as prioridades do seu mandato. Para isso, adotará como linha de ação "dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar".

Ao afirmar que o país gasta em educação como as melhores nações do planeta, mas educa como as piores, Bolsonaro defende que é possível fazer muito mais com os recursos atuais.

Educação superior

Com um texto focado na contextualização da educação básica no país, o programa de governo do presidencialista apresenta um gráfico com a distribuição dos recursos da área e, referindo-se ao orçamento da educação superior (30%), diz que é preciso inverter a pirâmide. "O maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média".

O candidato também defende que as universidades precisam gerar "avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população" e que a educação a distância deveria ser vista como um importante instrumento de acesso.

Por fim, Bolsonaro critica a falta de diálogo entre os diferentes sistemas de educação (federal, estadual e municipal) e defende a necessidade de uma estratégia de integração na qual as universidades públicas e particulares contribuirão para a qualificação de alunos e professores nas áreas onde existam carências.

Ao fazer uma breve apresentação do cenário da educação no Brasil, o candidato questiona o gasto três vezes maior com o aluno do nível superior do que com o estudante que frequenta o ensino básico.

Ele apresenta como eixo norteador do seu programa a conquista de uma educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Como resultados de longo prazo, ele destaca a subida de 50 posições no *ranking* do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) e a universalização do acesso das crianças às creches.

Educação superior

Dentro da perspectiva de priorizar a educação básica, das onze propostas de governo do presidencialável apenas uma está relacionada com as universidades: melhor gestão, menos burocracia, novas fontes de recursos não-estatais e parcerias com o setor privado voltadas à pesquisa.

Com um programa de governo dividido em 20 aspectos, a educação é apresentada como instrumento fundamental para o desenvolvimento do país.

Educação superior

O candidato ressalta que mais de 75% dos estudantes do ensino superior estão nas instituições particulares que, com raras exceções, não praticam a integração entre ensino, pesquisa e extensão, além de oferecerem um ensino deficiente. Para ele, educação de qualidade é a ofertada pelas universidades públicas.

Neste sentido, o presidencialista diz que trabalhará para que o ensino superior seja prioritariamente público. Para isso, os 10% do PIB para a educação serão destinados, majoritariamente, à educação pública.

Com relação às metas do PNE, João Goulart Filho critica a falta de empenho do governo para atingir, pelo menos, 40% das novas matrículas nas instituições públicas. Para reverter esse quadro, ele se compromete a elevar a taxa bruta de matrícula para 50% e a ampliar a participação das universidades públicas nas novas matrículas para 80% ainda dois anos antes do prazo estipulado pelo PNE, ou seja, em 2022.

Entre as diretrizes e prioridades do programa de governo da candidata, a educação é tratada como direito e base para o desenvolvimento.

Marina Silva afirma que seu primeiro compromisso é com as metas do PNE e que adotará políticas de valorização dos professores como uma das estratégias para que os estudantes brasileiros atinjam níveis adequados de proficiência.

Ela também ressalta o enfrentamento do analfabetismo, do atraso escolar e de qualquer tipo de discriminação no âmbito das escolas.

Educação superior

A presidenciável se compromete com a busca pela ampliação do acesso ao ensino superior, com a manutenção da política de cotas e com a aproximação entre esse nível educacional e a política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

VERA LÚCIA (PSTU)



Em um único tópico, a candidata trata de três questões: moradia, educação e saúde, com maior foco na primeira.

Educação e saúde são tratadas de forma conjunta e, de acordo com Vera Lúcia, não podem ser tratadas como mercadorias. Nesse sentido, para ela, é preciso estatizar as escolas e universidades privadas, assim como os hospitais privados.

A presidenciável também defende que é preciso investir de forma maciça em saúde e educação, "revertendo o que hoje vai para o pagamento da dívida aos banqueiros para essas áreas sociais".

Educação superior

Além da defesa da estatização das instituições particulares, não há outra menção específica a esse nível de ensino no programa de governo da candidata.



EDUCAÇÃO NOS PROGRAMAS DE GOVERNO

A partir deste ponto são apresentadas as íntegras dos trechos referentes à educação dos programas de governo de cada um dos treze presidencialíveis. O conteúdo respeita os textos tais quais expressos nos documentos originalmente entregues ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para registro das candidaturas.

PLANO DE METAS 19+1 PELA REFUNDAÇÃO DA REPÚBLICA!

Principais DIRETRIZES do Plano de 19 Metas

- Prioridades: emprego para todos, segurança, saúde e **educação**
- Iniciativa privada é a origem do crescimento
- Governo eficiente estimula empreendedorismo e inovação
- Rede de proteção social: crescer sem deixar ninguém para trás
- Tecnologia como aliada para preservar o meio-ambiente
- Capitalismo popular: sociedade participa amplamente do progresso e da riqueza, pela partilha justa dos ativos sociais
- Tolerância zero com a corrupção

CIÊNCIA, CULTURA E TURISMO

Programa Nacional de Inovação (Cidades, Agro, Saúde e Educação)

Cultura livre via Cartão Cultura

Criação da Secretaria Nacional de Turismo

EDUCAÇÃO DO FUTURO

100% de alunos no ensino integral até 2022

Web-Educação e capacitação de professores

Projeto 200 Gênios para Universidades

Anexo I - CARTA AOS PREFEITOS

Como candidato a Presidente da República estou propondo:

8- Tornar o FUNDEB permanente e priorizar a educação infantil e o ensino fundamental;

Vice: Suelene Balduino

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000602500//proposta_1533774159360.pdf

PLANO DE NAÇÃO PARA A COLONIA BRASILEIRA

3. Educação

As sociedades mais desenvolvidas do mundo somente chegaram ao alto nível de progresso e desenvolvimento porque investiram maciçamente em educação.

Educação de qualidade é direito e dever, e cada um deve exercer sua função, sem abrir mão que lhe cabe na conquista da qualidade. Os pais são agentes indispensáveis nessa parceria com os profissionais da educação e as autoridades constituídas para esse fim.

INVESTIREMOS 10% DO PIB EM EDUCAÇÃO.

Para se ter uma ideia do quadro atual da educação brasileira, a evasão escolar da 1ª Série do Ensino Médio, estava com índice de 11,2% no ano de 2017. Ainda em se tratando do Ensino Médio, a evasão escolar nas 2ª e 3ª séries, se encontra na faixa de 12,7% e 6,8% respectivamente.

Em relação à educação básica no que concerne à rede pública de ensino nas esferas federal, estadual e municipal, conforme o Censo Escolar de 2017, elaborado pelo Ministério da Educação, o país possui 144.726 escolas e alguns indicadores importantes podem ser observados, pois refletem a inépcia da gestão de recursos destinados à educação por parte de estados e municípios e reflete também a ineficiência do governo atual em acompanhar a aplicação dos recursos transferidos aos estados e municípios.

Das 144.726 escolas públicas do país, apenas 36% (52.101 escolas) possuem

Bibliotecas. Somente 40% (57.890 escolas) possuem laboratórios de informática e somente 8% (11.578 escolas) possuem laboratório de ciências. O índice de salas para leitura ainda é insuficiente, do total de escolas públicas do país, somente 20% (28.945 escolas) possuem salas para leituras e 22% (31.839 escolas) possuem salas para atendimento especial.

Dessa forma, iremos aumentar o repasse de recursos aos estados e municípios para que esses índices sejam ampliados.

No tocante à acessibilidade para alunos portadores de deficiência, o índice é de 27% (39.076 escolas) apenas de instituições com acessibilidade aos alunos com necessidades especiais. O índice de escolas com banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência é de 37% (53.548 escolas), sendo um índice muito baixo. Vamos trabalhar para que, no segundo ano de governo, esse índice chegue a 50% das escolas, tendo como meta a marca de 100% das escolas brasileiras possuindo banheiros com acessibilidade aos alunos portadores de deficiência até 2022.

Acentuando o quadro crítico da educação básica, o índice de repetência apurado no período 2014-2015 foi de 15,3% entre os alunos da 1ª Série do ensino médio. Acrescenta-se a isso, o índice de reprovação de 14,4% entre os alunos da 6ª Série do ensino fundamental apurado no mesmo período.

Também é alta a quantidade de professores afastados das funções devido transtornos mentais gerados por condições de trabalho ruins. Os transtornos predominantes são: Estresse, Síndrome de Burnout e Mal-estar docente.

Outro ponto importante, diz respeito à situação das universidades públicas no Brasil. Segundo dados de um estudo interno do Ministério da Educação, os gastos das universidades federais aumentaram 40% entre os anos de 2009 e 2016 e o número de estudantes cresceu 44% no mesmo período. São 63 universidades federais e 361 *campi*.

Apesar da quantidade de alunos ter aumentado, a quantidade de recursos públicos destinados a essas universidades vem diminuindo. No período do segundo semestre de 2017, o corte de verbas foi de 7%.

IREMOS VALORIZAR AS UNIVERSIDADES FEDERAIS QUE JÁ POSSUIMOS E CRIAR NOVAS UNIVERSIDADES FEDERAIS E CONSTRUIR MAIS CAMPI.

Outro problema em relação ao ensino superior diz respeito aos gastos das universidades públicas que em sua maioria são destinados à folha de pagamento, o que torna inviável a realização de investimentos em infraestrutura e materiais. É nítido que o sistema de educação superior pública do Brasil está saturado.

Portanto, vamos implementar políticas para a educação a fim de reduzir a evasão escolar, diminuir a incidência da reprovação, melhorar a qualidade do ensino, as condições de trabalho dos professores, aumentar o acesso à educação pública e implementar a educação básica em tempo integral nas escolas de todo o país.

Políticas públicas para a área da educação serão elaboradas em conjunto com políticas na área da economia, saúde, emprego e renda e assistência social. Tudo a partir de uma ação conjunta de políticos e técnicos, além disso, por meio da realização de audiências públicas nas diversas regiões e municípios do país a fim de adequar políticas às realidades da população.

Vamos elevar o piso salarial dos trabalhadores em educação, dos atuais R\$ 2.455,35 para um patamar capaz de assegurar condição de vida mais dignas aos educadores em tão nobre ofício. Valorizar a ciência, tecnologia e inovação bem como criar mais Institutos Federais de ensino técnico em localidades estratégicas no tocante à formação e capacitação da população mais carente para o mercado de trabalho, além de valorizarmos os Institutos Federais já existentes. Melhorar as técnicas de gestão de pessoas aplicadas aos professores, assegurar aos alunos condições mais favoráveis ao aprendizado e em especial, aos alunos portadores de deficiências físicas, mentais e sensoriais. Essas ações se darão por meio de programas de parcerias com os governos estaduais e municipais voltados exclusivamente para a melhoria das estruturas físicas das escolas, aumento do número de bibliotecas, salas de leitura, laboratórios de informática e de ciências; para compra de melhores materiais didáticos e para ampliação da disponibilidade do transporte público escolar aos estudantes que vivem em áreas rurais.

Além disso, elaborar estudos, audiências públicas nos municípios e pesquisas nos domicílios a fim de obter informações acerca da renda das famílias dos estudantes, do acesso à saúde, das condições psicológicas e sociais dessas famílias com o fito de serem verificados os impactos que as condições de vida dos estudantes possuem no aprendizado.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, A PRIORIDADE QUE REFLETIRÁ NA SAÚDE, SEGURANÇA, ECONOMIA, NA VIDA COMO UM TODO!

Sendo assim, vamos erradicar o analfabetismo; extinguir o problema da evasão escolar nas variadas faixas etárias; elaborar planos de carreiras mais abrangentes e eficientes para os profissionais da educação; aumentar a despesa pública voltada para o aspecto educacional, além de implementar políticas públicas que promovam a inclusão social e que, qualifiquem a população de maneira mais intensa para atender as demandas do mercado de trabalho.

DIRETRIZES PARA UMA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

5 Investir maciçamente na educação

Só o investimento maciço na Educação poderá fazer do Brasil um país justo e desenvolvido, com oportunidades iguais para todos os seus cidadãos. Investir na melhoria da qualidade da Educação Pública será uma das nossas principais prioridades. E esta prioridade já começa na Educação Infantil, com a implantação paulatina de Creches de Tempo Integral para as crianças de 0 a 3 anos. É nesse período que se formam as aptidões mais sofisticadas do ser humano. Vamos criar um programa específico para cuidar de todas as crianças nessa faixa etária. Em relação ao Ensino Fundamental, nosso problema não é o acesso e sim a qualidade. Vamos investir fortemente em sua melhoria. Almejamos obter no Ensino Fundamental do Brasil os mesmos resultados alcançados no Ceará, que com 77 das 100 melhores escolas públicas do Ensino Fundamental brasileiro, tornou-se hoje referência nacional. Outra meta é elevar a média de anos de estudo da população, introduzindo a Educação de Tempo Integral desde o Ensino Fundamental II até o Ensino Médio e fazendo da escola um local de aprendizado, desenvolvimento esportivo, artístico e social, diversão e lazer, reduzindo assim a grave evasão que existe hoje, premiando as escolas em que a evasão for reduzida e o desempenho dos alunos tenha melhorado. A política educacional vai reconhecer e valorizar o professor e os gestores escolares. As universidades públicas deverão, além de ampliar a oferta de vagas e prosseguir com as políticas de cotas, estreitar seus laços com as políticas e ações no campo da educação básica e ciência, tecnologia e inovação. Como objetivo geral, vamos caminhar na direção do alcance das

metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação e persistir na aplicação das metas estabelecidas no Plano Nacional da Educação (PNE). Vamos eliminar o subfinanciamento das despesas com educação causado pela Emenda do Teto de Gastos.

5.1 Objetivos para a política educacional:

- Universalizar o acesso de 4 a 17 anos;
- Eliminar o analfabetismo escolar (combate absoluto);
- Melhorar a qualidade, mensurada através dos resultados do IDEB e PISA;
- Elevar a média de anos de estudo da população;
- Garantir a permanência e a conclusão na idade adequada;
- Reduzir a evasão, problema grave no ensino médio;
- Caminhar na direção do alcance das metas de desenvolvimento sustentável da ONU no tocante à Educação.

5.2 Instrumentos necessários para viabilizar esses objetivos:

- Uma base nacional comum curricular;
- O desenho do novo Fundeb;
- Um processo adequado de formação e seleção de professores;
- A capacitação contínua de gestores e professores;
- Regras de desenvolvimento profissional dos professores, reconhecimento de sua importância e melhoria das condições de trabalho;
- Uma estrutura de incentivos adequada para os professores;
- Uma estrutura de incentivos que premie os estados e municípios de acordo com a adesão às políticas e práticas propostas pelo Governo Federal;
- Um processo bem estruturado de avaliação dos resultados obtidos pelos estudantes.

5.3 Com base nestes princípios, diversas medidas estão sendo propostas:

- Reabertura da discussão sobre a melhoria e implementação da base nacional comum curricular, com ampla participação de professores e alunos;
- Envio de proposta do novo Fundeb ao Congresso até março de 2019, com a promoção de ampla discussão do projeto com a sociedade;
- Ampliação da rede de ensino Infantil, Fundamental e Médio;
 - As creches deverão oferecer permanência em período integral;
 - Pelo menos 50% das escolas destinadas ao ensino fundamental II (11 a 14 anos) e ao ensino médio deverão ofertar cursos em período integral;
 - Além do apoio direto, o Governo Federal apoiará estados e municípios para a obtenção de recursos junto a organismos internacionais de financiamento;
- Ampliação da rede de escolas para alfabetização e ensino de jovens e adultos, também com apoio do Governo Federal;
- Em relação à governança e ao pacto federativo da política educacional:
 - O governo federal definirá diretrizes gerais, enquanto sugestão, e Estado e Municípios aplicam se quiserem; porém, aqueles que as adotarem receberão maior parcela de parcela discricionária (que exceder a definida pela Constituição) no novo Fundeb;
 - Portanto, o novo Fundeb deve prever que a União repasse os 10% adicionais discricionários de acordo com a adesão do município/estado aos princípios gerais da política e aos resultados alcançados;
 - Os municípios com piores indicadores sociais deverão receber um volume maior de recursos diretamente do Governo Federal com o compromisso de cumprimento de metas claras e viáveis de melhoria na aprendizagem;
 - Buscaremos a replicação, na medida do possível, da experiência de Sobral no Ensino Fundamental em outras regiões do país, através do estabelecimento de políticas e ações que, se adotadas por estados e municípios, implicarão em maior repasse de recursos voluntários por parte do Governo Federal.

- Em relação à formação, seleção, carreira e capacitação dos professores:
 - Abertura de diálogo com as universidades para repensar os cursos de pedagogia e licenciatura voltados para a formação de professores;
 - Criação de uma prova nacional, à qual os estados e municípios poderão aderir, para seleção de professores;
 - Estabelecimento de mesa permanente de negociação, incluindo representações de professores, para construir um projeto de médio prazo sustentável, capaz de ampliar e aperfeiçoar as medidas de valorização dos professores;
 - Oferta de capacitação continuada aos professores de toda a rede;
 - Criação de programa de iniciação docente, estágio, residente e mentoria.
- Em relação ao desenvolvimento e à valorização dos professores:
 - Priorização à carreira de 40 horas, com melhor remuneração e estrutura de progressão;
 - Apoio à melhoria da infraestrutura escolar e das condições de trabalho, através do BNDES;
 - Maior efetividade da avaliação do estágio probatório.
- Em relação à gestão escolar, com impacto direto sobre o rendimento dos alunos:
 - Controle estrito de faltas de professores e alunos;
 - Discussão sobre a Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio;
 - Escolha de material didático pela rede, com apoio dos professores;
 - Manutenção e aprimoramento dos exames nacionais de desempenho escolar;
 - Definição de critérios mínimos para a seleção e nomeação de diretores de escolas;
 - Instituição de programas de reforço escolar;
 - Instituição de ações específicas de combate à evasão e em favor da atratividade do ensino médio.

5.4 Duas políticas sociais serão fundamentais para auxiliar no desempenho, atratividade e redução da evasão por parte dos alunos, e envolverão também as áreas de saúde e assistência social:

- Pacote dos primeiros mil dias – primeira infância, articulação com programas assistenciais e de saúde; formulação e implementação de um programa intersetorial de desenvolvimento infantil nos primeiros 1.000 dias de vida;
- Bolsa de Ensino Médio – pagamento de remuneração mensal aos alunos da rede pública de Ensino Médio que apresentarem frequência mínima à escola e ganhos crescentes no desempenho escolar;
- Esses programas serão melhor discutidos de forma detalhada mais à frente, no tópico sobre políticas sociais.

5.5 Em relação ao Ensino Superior:

- Manutenção da gratuidade nas universidades e institutos de ensino federais;
- Manutenção das atuais políticas de cotas e do acesso via ENEM e SISU;
- Aprimoramento do ProUni e FIES;
- Facilitação dos mecanismos para estabelecimento de convênios entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas;
- Estímulo à associação entre universidades, institutos de pesquisa e empresas públicas e privadas para projetos de desenvolvimento e aplicação de tecnologias;
- Recuperação da política de bolsas de estudo para a graduação e pós-graduação.

8 Criar, manter e ampliar os programas sociais

8.1 Os primeiros três anos de idade correspondem ao período em que se desenvolvem as estruturas cerebrais para a realização das diversas tarefas inerentes à nossa vida, incluindo as mais complexas. É necessário que a criança receba estímulos positivos nessa idade para se desenvolver adequadamente. Precisa ser bem nutrida; mais que isso, a gestante também precisa ser bem nutrida e desenvolver uma gestação de boa qualidade. A criança precisa crescer em um ambiente familiar sadio, sem estresses excessivos:

- Portanto, se o Estado deseja que as crianças se tornem adultos satisfeitos e produtivos no futuro, deve investir fortemente no seu desenvolvimento nos anos iniciais de vida, ou melhor, ainda durante a sua gestação;
- Isso requer um programa de atenção à gestante e de acompanhamento do desenvolvimento da criança, inclusive nutricional, no âmbito do Programa Saúde da Família; uma **oferta suficiente de creches incluindo a programação de atividades para o desenvolvimento do raciocínio das crianças**; um atendimento hospitalar rápido quando necessário e o acompanhamento de assistentes sociais em ambientes sociais e familiares mais vulneráveis.

8.2 Os dados mostram que a evasão de alunos é reduzida no Ensino Fundamental e aumenta substancialmente no Ensino Médio. Em 2016, um em cada cinco jovens entre 14 e 29 anos pertencia ao grupo dos chamados Nem-Nem (não estudam e nem trabalham). Entre 18 e 24 anos, esse percentual chegou a 26%. É uma situação gravíssima e que precisa ser atacada frontalmente. Inúmeros motivos estão listados entre os possíveis, como a necessidade de trabalhar, cuidar de afazeres domésticos ou desinteresse. Ainda que a evasão no Ensino Superior também seja elevada, se as crianças e adolescentes evadirem no Ensino Médio, o ciclo de aprendizado se encerra ali. Por isso, um programa que busque reduzir a evasão no Ensino Médio, e melhorar o desempenho dos alunos, é fundamental para garantir um melhor futuro para o país e as gerações mais novas:

- Vamos criar mecanismos de premiação nas escolas que conseguirem reduzir a evasão de alunos e melhorar o desempenho de seus alunos em exames nacionais; criaremos um programa-piloto que envolva o pagamento de bolsas de estudo aos alunos que tiverem frequência mínima e melhorarem seu desempenho ao longo do tempo e, se o piloto for bem-sucedido, iremos estendê-lo aos poucos para a rede de Ensino Médio;
- As vagas nas creches devem atender a toda a população que necessita desse serviço, mas deve ser priorizado o atendimento às jovens mães que se encontram em condições mais vulneráveis e necessitam trabalhar e/ou estudar.

DIRETRIZES GERAIS DE GOVERNO PARA CONSTRUIR UM NOVO E MELHOR BRASIL

8. Priorizar a EDUCAÇÃO, como vetor fundamental para o desenvolvimento do País, avanço social e cidadania plena.

Entre outras ações, serão prioritárias:

- a) Assegurar que o ensino fundamental tenha as funções de capacitar os alunos para Aprender a Conhecer, Aprender a Fazer, Aprender a Ser e Aprender a Conviver, como definido nos Pilares da ONU para a Educação.
- b) Ensino Inclusivo: Educação qualificada abrangendo todas as crianças e jovens portadores de necessidades especiais: mentais, motoras, auditivas e visuais.
- c) Sociedade do conhecimento: Acesso em todo o país, no plano escolar, ao uso de equipamentos de informática, internet e banda larga. Preparar nossas crianças e jovens para serem cidadãos do mundo.
- d) Ampliação da oferta de cursos técnicos e profissionalizantes.
- e) Promover o ensino integral no ensino fundamental.
- f) Ampliação de vagas nos cursos superiores nas Universidades Federais, sobretudo em período noturno.
- g) Introduzir, no ensino fundamental, a disciplina Educação Moral e Cívica.
- h) Valorização das carreiras em educação no Serviço Público Federal, atraindo talentos para o setor.
- i) Pleno incentivo a municipalização do ensino fundamental.

PLANO LULA DE GOVERNO*

3.1 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS PESSOAS E DO PAÍS

A Educação é um direito humano fundamental e um dos principais meios de acesso à cultura, além de um instrumento poderoso de desenvolvimento econômico e social. Por isso, os governos Lula e Dilma priorizaram os investimentos em educação, da creche à pós-graduação, por meio da adoção de uma série de políticas públicas integradas, complementares e articuladas. Lula e Dilma ampliaram em 206% o orçamento real do MEC, criaram o FUNDEB e o Piso Salarial Nacional do Magistério e expandiram a escolarização obrigatória (dos 4 aos 17 anos). As matrículas em creches quase triplicaram (de 1,23 milhão de matrículas, em 2003, para mais de 3,04 milhões em 2015) e o acesso à pré-escola foi praticamente universalizado. A qualidade da educação melhorou: as metas do IDEB foram atingidas nos anos iniciais do Ensino Fundamental e avançaram nos anos finais. Investiu-se fortemente na educação do campo, indígena e quilombola. A educação inclusiva para as pessoas com deficiência também teve avanços significativos, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão. O programa Mais Educação ampliou o acesso à educação integral. O PRONATEC assegurou cursos técnicos e formação profissional para mais de 9,4 milhões de jovens.

Foram criadas 18 universidades, 173 *campi* e mais de 500 unidades dos Institutos Federais de Educação. As matrículas na educação superior

* Conteúdo extraído do documento apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por ocasião do registro da candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, então presidenciável pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Até o fechamento deste material, a legenda não havia divulgado uma nova versão do seu programa de governo.

saltaram de 3,4 milhões em 2002 para 8,1 milhão em 2015. A Lei de Cotas está democratizando a educação superior, enfrentando os grandes desafios das desigualdades sociais e da discriminação racial e assegurando políticas de acesso favorecido aos estudantes da escola pública, com recortes para as famílias de baixa renda, negros e indígenas; permitiu que a filha da trabalhadora realizasse o sonho de virar doutora, ao aumentar em 286% a presença de estudantes negros nas universidades brasileiras. O PROUNI, o FIES, o ENEM, o SISU e Ciências Sem Fronteiras incluíram milhões de jovens e ampliaram suas oportunidades.

O PNE (2014-2024) sintetizou os desafios, reunindo metas a serem perseguidas pelo Estado e pela sociedade na década seguinte. O golpe de 2016, no entanto, interrompeu um ciclo virtuoso de investimentos e abriu caminho para o desmonte da educação pública. O próximo governo Lula devolverá à educação prioridade estratégica, orientando-se pelas seguintes diretrizes:

- A) Forte atuação na formação dos educadores e na gestão pedagógica da educação básica, na reformulação do ensino médio e na expansão da educação integral; 24
- B) Concretização das metas do PNE, em articulação com os planos estaduais e municipais de educação;
- C) Institucionalização do Sistema Nacional de Educação, instituindo instâncias de negociação interfederativa; criação de política de apoio à melhoria da qualidade da gestão em todos os níveis e aperfeiçoamento do SAEB;
- D) Criação de novo padrão de financiamento, visando progressivamente investir 10% do PIB em educação, conforme a meta 20 do PNE; implementação do Custo-Aluno-Qualidade (QAQ) e institucionalização do novo FUNDEB, de caráter permanente, com aumento da complementação da União; retomada dos recursos dos royalties do petróleo e do Fundo Social do Pré-Sal;
- E) Fortalecimento da gestão democrática, retomando o diálogo com a sociedade na gestão das políticas bem como na gestão das instituições escolares de todos os níveis.

Na educação infantil, na perspectiva da educação integral, Lula retomará intensamente a colaboração com municípios para ampliação com qualidade das vagas em creches, além de fortalecer as políticas voltadas para a pré-escola.

No ensino fundamental, serão realizados fortes ajustes na Base Nacional Comum Curricular, em diálogo com a sociedade, para retirar as imposições obscurantistas e alinhá-la às Diretrizes Nacionais Curriculares e ao PNE. O novo governo vai implementar uma forte política nacional de alfabetização, no âmbito do ensino fundamental, nos termos do PNE, em colaboração com Estados e Municípios, reconhecendo as diferentes necessidades dos educandos em cada lugar. Atenção especial será dada à valorização e à formação dos professores e professoras alfabetizadoras. Esse esforço envolverá também o fortalecimento do PIBID, voltado aos estudantes universitários de pedagogia e licenciatura, para oferecer experiência docente nas escolas públicas, com ênfase especial no reforço ao processo de alfabetização das crianças. A meta é garantir que todas as crianças, adolescentes e jovens de 4 a 17 anos estejam na escola e que aprendam. Outra meta é assegurar que todas as crianças apresentem as habilidades básicas de leitura, escrita e matemática, assim como os conhecimentos necessários no campo das ciências naturais e ciências humanas até os 8 anos ou até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Lula também vai promover a inclusão digital e tecnológica das crianças brasileiras, introduzindo, desde o primeiro ano do ensino fundamental, com a infraestrutura necessária, o trabalho com as linguagens digitais. A transformação das escolas em ambientes de criação e desenvolvimento da curiosidade cria melhores condições de aprendizagem. Por isso, investirá na ampliação da oferta de educação de tempo integral, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Será dado novo tratamento à Educação de Jovens e Adultos – EJA, retomando a centralidade das ações de redução do analfabetismo, ampliando vagas e retomando as políticas de assistência estudantil que possibilitam a conclusão dos estudos, a partir do ProJovem e do MOVA-Brasil como referências. Lula também consolidará a política de educação especial na perspectiva 25 inclusiva em todas as etapas e modalidades de ensino. Aproximadamente 25% dos professores que atuam na educação básica não possuem licenciatura específica para as disciplinas que lecionam. Essa realidade precisa ser superada. Para isso, Lula vai criar uma política nacional de valorização e qualificação docente, que dê início a uma profunda ressignificação da carreira e das estruturas de formação inicial e continuada dos professores, além de garantir o Piso Salarial Nacional e instituir diretrizes que permitam uma maior permanência dos profissionais nas unidades educacionais. Será

reforçada e renovada a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e retomado o projeto Universidade em Rede dos Professores, assegurando o acesso direto dos professores e professoras concursados nas vagas disponíveis e ociosas na rede de Universidades e Institutos Federais de Educação Superior.

Ademais, será implementado a Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente para subsidiar Estados, DF e Municípios na realização de concursos públicos para a contratação de professores para a educação básica. A prova será realizada anualmente, de forma descentralizada em todo o país, para o ingresso dos candidatos na carreira docente das redes públicas de educação básica. Cada ente federativo poderá decidir pela adesão e pela forma de utilização dos resultados. Além disso, haverá forte investimento na formação de gestores escolares e na qualificação da gestão pedagógica. Será dada especial atenção à formação dos servidores escolares, por meio de novas ações e da retomada e ampliação do ProFuncionário. Lula retomará os investimentos na educação do campo, indígena e quilombola, desenvolvendo políticas voltadas à formação de professores, construção e reforma de escolas, transporte e alimentação escolar.

Lula instituirá o Programa Paz e Defesa da Vida nas Escolas, com a implementação de políticas voltadas à superação da violência e para a promoção de uma cultura de convivência pacífica nas escolas. Como contraponto ao Escola Sem Partido, Lula propõe a Escola com Ciência e Cultura, transformando as unidades educacionais em espaços de paz, reflexão, investigação científica e criação cultural. As ações de educação para as relações étnico-raciais e as políticas afirmativas e de valorização da diversidade serão fortalecidas; serão massificadas políticas de educação e cultura em Direitos Humanos, a partir de uma perspectiva não-sexista, não-racista e não-LGBTfóbica.

Lula vai voltar a investir no ensino superior e ampliar os investimentos em ciência, tecnologia e inovação. Universidades e Institutos Federais serão fortalecidos, interiorizados e expandidos com qualidade e financiamento permanente. Serão recompostos os orçamentos das universidades e institutos federais, e o Programa Nacional de Assistência Estudantil será fortalecido.

O Presidente Lula tem comprovado compromisso com todas as etapas e modalidades de educação. O governo federal, porém, dará atenção especial

ao ensino médio. De responsabilidade prioritária dos Estados e do Distrito Federal, o ensino médio vive uma grande crise: de cada 100 jovens que ingressam na escola, apenas 59 concluem o ensino médio; 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola; somente 5,6% das matrículas no ensino médio são em tempo 26 integral; cerca de 11 milhões de jovens estão sem estudar e sem trabalhar; somente 22,6% das escolas de ensino médio têm infraestrutura considerada adequada. Por tudo isso, o governo Lula priorizará o Ensino Médio. O futuro presidente vai revogar a reforma do ensino médio implantada pelo governo golpista, que estabeleceu que uma parcela importante da grade curricular seja ofertada na modalidade de ensino à distância. O novo governo Lula irá elaborar um novo marco legal em diálogo com a comunidade educacional, organizações estudantis e toda sociedade. O governo vai promover a reformulação curricular por meio da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, construída em diálogo com a sociedade. A nova base garantirá aos estudantes educação integral, por meio de projetos pedagógicos que, a exemplo dos Institutos Federais, permitam o acesso ao estudo do português e da matemática, aos fundamentos das ciências, da filosofia, da sociologia e das artes, à educação física, à tecnologia, à pesquisa, em integração e articulação com a formação técnica e profissional.

No âmbito do Sistema Nacional de Educação, Lula vai apoiar os Estados e o DF na ampliação do acesso, garantia de permanência e melhoria da qualidade do ensino, com especial atenção ao ensino noturno. Será apoiada e induzida a expansão de novos modelos de ensino médio em tempo integral, ampliando a carga horária e tornando as ciências, a tecnologia, as humanidades e as artes uma experiência escolar mais atrativa. Outra importante medida será a aproximação do Sistema S da juventude por meio de uma mudança em sua governança e concepção. O ensino técnico e profissionalizante será articulado com o ensino propedêutico, assegurando a possibilidade de acesso à educação universitária para todos os jovens que desejarem. O objetivo é destinar 70% dos recursos destinados à gratuidade, oriundos das Contribuições Sociais arrecadadas pela União para manutenção do SESI, SENAI, SESC, SENAC e SENAR, sejam direcionados à ampliação da oferta de ensino médio de qualidade. Além disso, haverá uma forte participação da União na oferta do Ensino Médio. A repactuação federativa para o ensino médio será implementada com o programa Ensino Médio Federal, que prevê as seguintes ações:

1. Maior integração entre a Rede Federal de Educação e a educação básica;
2. Ampliação de vagas, fortalecimento dos campi e interiorização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, de modo a propiciar maior acesso e mais oportunidades às juventudes, sobretudo aos jovens que vivem em regiões mais vulneráveis e com maiores índices de violência.
3. Convênio com os Estados e o DF para que o governo federal se responsabilize por escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade, e que terá as seguintes características:
 - a) O convênio será firmado, progressivamente, a partir da colaboração a ser estabelecida no âmbito das instâncias de articulação interfederativa, no âmbito do Sistema Nacional de Educação;
 - b) As escolas atendidas pelo convênio devem estar situadas nas áreas com mais alta vulnerabilidade social, elevados índices de violência (sobretudo contra a juventude negra) e baixo rendimento escolar (IDEB baixo);
 - c) As escolas serão acompanhadas e apoiadas pelo Instituto Federal de Educação mais próximo;
 - d) O Plano de gestão e o projeto pedagógico escolar será construído a partir da integração, reconhecimento de saberes e cooperação mútua entre a gestão federal e os educadores das escolas;
 - e) O governo federal ficará responsável pela reforma e ampliação das escolas, implantação de internet de alta velocidade, laboratório, biblioteca e equipamentos desportivos e culturais;
 - f) O governo federal ofertará bolsa para que os educadores/as permaneçam nas escolas;
 - h) As escolas serão abertas para as respectivas comunidades e serão polos de cultura, esporte e lazer.

Ademais, no âmbito do Ensino Médio Federal, Lula vai criar um programa de permanência para os jovens em situação de pobreza, de sorte a combater evasão e melhorar o rendimento escolar. Com a reformulação completa do ensino médio, Lula pretende induzir o surgimento de escolas vivas, dinâmicas, que dialoguem com as reivindicações, sonhos e necessidades da juventude. Queremos que todo jovem brasileiro conclua o ensino médio na idade certa e tenha oportunidade de ingressar no ensino superior.

DIRETRIZES GERAIS

O Brasil da indignação

Estabelecer uma cultura de acompanhamento e avaliação dos resultados de todas as políticas públicas implementadas pelo Estado

Criar mecanismos de transparência para que o cidadão possa acompanhar a execução das políticas públicas e opinar sobre elas

Descentralizar o poder e dar mais autonomia para estados e municípios

O Brasil da solidariedade

Vamos dar prioridade à primeira infância. Promoveremos a integração de programas sociais, de saúde e educação, do período pré-natal até os seis anos de idade, para que nossas crianças possam ter, de fato, igualdade de oportunidades

Investiremos na educação básica de qualidade e teremos como meta crescer 50 pontos em 8 anos no PISA - o mais importante exame internacional de avaliação do ensino médio

A revolução na educação básica requer um sério investimento na formação e qualificação dos professores. Vamos transformar a carreira do professor numa das mais prestigiadas e desejadas pelos nossos jovens

Garantir que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas até 2027

O Brasil da esperança

Fortaleceremos o ensino técnico e tecnológico, qualificando os jovens para atuar na nova economia

Vamos estimular as parcerias entre universidades, empresas e empreendedores para transformar a pesquisa, a ciência a tecnologia e o conhecimento aplicado, em vetores do aumento de produtividade e da competitividade do Brasil

Vice: Sonia Guajajara

https://s3.amazonaws.com/gp-info-eleicoes/wp-content/uploads/sites/2/2017/12/13143702/proposta_PSOL.pdf

VAMOS SEM MEDO DE MUDAR O BRASIL

VI - UM PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O nosso programa de governo é comprometido com o enfrentamento dos privilégios econômicos, sociais, políticos, históricos da classe dominante no país. Historicamente, a educação capaz de socializar a ciência, a tecnologia, a arte e a cultura a todo o povo – crianças, jovens, adultos e idosos, foi um privilégio de classe. Quando a escola pública foi ampliada, no período da ditadura, rapidamente foi sucateada. O mesmo aconteceu com a educação superior. Quando, já no século XXI, as primeiras gerações da classe trabalhadora chegaram de modo mais expressivo a universidade pública, os drásticos cortes de verbas passaram a ameaçar essa conquista.

Somente um governo de esquerda será capaz de assegurar caráter estratégico para a educação pública básica e superior, a ciência, a tecnologia e a inovação. Por isso, nosso governo, fruto da vitória da aliança entre o PSOL, o PCB e os movimentos sociais brasileiros, terá como diretriz a certeza de que uma sociedade democrática somente é possível com educação pública, universal, gratuita, laica e de qualidade, assegurada a todos e todas, como dever do Estado, tal como estabelecido pela Constituição Federal.

A democratização da educação exige a implementação de políticas direcionadas à ampliação do acesso, à garantia de permanência e à conclusão da formação com êxito em todas as etapas e modalidades educacionais.

O povo brasileiro não pode ser privado do direito social à educação por motivos de renda, cor, raça, sexo, orientação sexual, identidade de gênero, deficiência, crença, origem ou local em que reside. A descentralização da prestação dos

serviços educacionais deve ser um instrumento facilitador do acesso a este bem fundamental para o pleno exercício da cidadania.

São, em geral, os pobres, trabalhadores e trabalhadoras, negros e negras, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, travestis, pessoas com deficiência ou em outra situação de vulnerabilidade, os brasileiros e brasileiras que estão fora da escola e que, mesmo quando conseguem uma vaga, sua permanência é precária e vários fatores os levam a abandonar de forma prematura.

A exclusão educacional é marcada também pelas desigualdades de raça e gênero, como apontam os dados da PNAD 2016. A taxa de analfabetismo para as pessoas pretas e pardas (9,9%) era duas vezes a das brancas (4,2%) em 2016. E 26,1% das mulheres jovens que não estudavam deixaram a escola para realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas. Garantir o direito a educação passa pelo enfrentamento as desigualdades.

Consideramos como sujeitos de direitos todos (as) brasileiros (as), sejam eles(as) moradores(as) do campo ou da cidade, sejam indígenas, quilombolas, ribeirinhos ou deficientes, independentemente de suas condições sociais, econômicas, físicas ou religiosas.

Para nós a educação deve ser ofertada em espaços institucionais públicos não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais organizados para acolher crianças, adolescentes, jovens e adultos com qualidade. Rejeitamos a adoção de propostas de atendimento em espaços improvisados e inadequados para atender as especificidades das crianças, adolescentes, jovens e adultos e por profissionais sem a formação inicial específica para esse atendimento.

Trabalharemos junto aos demais entes federados para que a educação seja coletiva, democrática, ética, respeitando as condições de cada criança, adolescente, jovem e adulto em seu tempo de vida e atenda suas necessidades e demandas.

Tendo presente que a educação é um direito de todos e dever do Estado (União, estados e municípios), trabalharemos para reverter as ações de privatização da educação, dentre as quais destacamos o avanço das parcerias do poder público com organizações privadas nas mais variadas formas, bem como o do atendimento em instituições conveniadas, ou as adoções de sistemas

educacionais privados, seja através de apostilamentos, materiais didáticos, formações ou realizações de avaliações. Objetivamos reverter, também, as induções e adoções de políticas alternativas ou compensatórias que violem o direito à educação de crianças, adolescentes, jovens e adultos e a não garantia de direitos das/os profissionais da educação.

Antes de tudo...

Desde o primeiro dia de governo estaremos empenhados na revogação de todas as políticas nocivas aos interesses educacionais que foram implementadas no período do governo ilegítimo de Michel Temer.

Por isso, a primeira medida será encaminhar para consulta popular a revogação da Emenda Constitucional nº 95, que reduz ano a ano os gastos sociais por 20 anos.

Em seguida, serão revogadas a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, sendo reaberto o debate sobre os dois temas de forma ampla e participativa.

O Fórum Nacional de Educação, que foi objeto de intervenção do governo golpista, retomará seu funcionamento e sua composição será discutida de forma democrática e contemplará o caráter público e gratuito que a educação deve ter para se consolidar como um direito de todos e dever do Estado.

Além disso, nosso governo irá retomar a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE), processo que foi igualmente desmontado pelo governo Temer.

O Conselho Nacional de Educação também será reformulado na sua composição e definição, incorporando a antiga reivindicação da comunidade educacional para que seja órgão de Estado deliberativo e representativo, garantindo a participação da sociedade civil, compreendendo sindicatos, entidades acadêmicas da área, os entes da federação, a representação dos estudantes, dos trabalhadores em educação e da comunidade escolar, sempre respeitando as indicações das entidades representativas.

1. A união assumirá um novo papel no dever do Estado para com a Educação

A disparidade entre os potenciais de arrecadação dos entes federados implica uma capacidade reduzida de oferta de serviços educacionais pelos estados e municípios mais pobres.

A garantia a uma educação de boa qualidade não pode estar condicionada à sorte de viver num município mais rico, ou à obrigação de estudar numa cidade diferente de onde se vive para ter acesso a esse serviço. A redução das desigualdades no acesso à educação de qualidade social é dever do Estado que deve planejar a oferta educacional para alcançar esse objetivo.

Para isso, é necessária a articulação entre os distintos entes federados, guardando relação com o potencial de arrecadação e provimento do serviço. A União tem sido omissa no seu dever de garantir um padrão mínimo de qualidade na educação; atualmente, de cada R\$ 100,00 que são aplicados em educação no Brasil, a União contribui com menos de R\$ 25,00. Nosso governo mudará este cenário.

- i. No primeiro ano de governo será encaminhado ao Congresso Nacional a regulamentação do regime de colaboração entre os entes federados, tendo por base a garantia do direito à educação, o combate às desigualdades e as metas do Plano Nacional de Educação (Lei n. 13.005/2014);
- ii. Ainda no primeiro ano será implementado o Sistema Nacional de Educação, com a função de coordenar o esforço estatal para cumprir as obrigações com nosso povo. Serão criadas instâncias de colaboração com a participação dos governos estaduais e municipais e também com forte participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e dos estudantes;
- iii. Será imediatamente regulamentado o Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), como exige a lei do PNE, garantindo aporte de recursos para diminuir as desigualdades na prestação de serviços educacionais e viabilizando o direito à educação pública digna a todos que vivem no país;
- iv. Considerando a discussão no Congresso de transformação do Fundeb em fundo permanente, nosso governo proporá:
 - A inclusão do CAQi no Fundeb como valor mínimo determinado no art. 211, § 1º da Constituição Federal;

- A garantia de uma política de expansão de vagas, com recursos adicionais para investimento no fundo, de forma a garantir o cumprimento das metas do PNE para a educação básica.

Nossa aliança reconhece a capacidade formativa de educadores e gestores escolares, ao mesmo tempo em que, apoiado em pesquisas acadêmicas, também reconhece a fragilidade das formações iniciais que a maioria das faculdades privadas tem vendido aos professores e professoras, entretanto afirma que é a formação qualificada e a reflexão a partir das experiências escolares que possibilitam encorajar iniciativas e construir alternativas.

Somos contra a padronização curricular, modelo que se presta aos interesses dos mercados editoriais, consolida e legitima as grandes avaliações e pouco considera as necessidades e diferenças da educação brasileira. Defendemos diretrizes curriculares nacionais que possam assegurar a toda a população brasileira o acesso ao conhecimento científico, tecnológico, artístico e cultural em perspectiva histórico-crítica, valorizando a pertinência das escolas e universidades com os seus contextos sócio históricos e com as condições de vida de seus estudantes.

2 – Recursos públicos para as escolas públicas

Nosso programa recupera o ideal pelo qual Florestan Fernandes e outros tantos educadores lutaram: verbas públicas exclusivamente para escolas públicas. Nosso governo trabalhará todos os dias para garantir que os fundos públicos da educação sejam utilizados exclusivamente para a manutenção e o desenvolvimento de um ensino de qualidade social para todos e todas, em todos os níveis e modalidades.

- i. Será feita auditoria em todos os programas federais que repassam recursos públicos para o setor privado;
- ii. Visando defender o direito dos alunos que foram beneficiados pelos atuais programas (PROUNI e FIES) será feita uma transição da oferta subsidiada pelo Estado para a oferta pública;
- iii. Serão encaminhadas ao Congresso Nacional, no prazo menor possível, normas de regulação do exercício privado da oferta educacional, tendo como fundamento os preceitos constitucionais e a garantia de um padrão de qualidade com remuneração condigna para os trabalhadores do setor;

- iv. Diante do alto índice de inadimplência no seio da juventude beneficiada com empréstimos do FIES, nosso governo proporá uma moratória de 1 ano para as dívidas estudantis, seguido de um Programa de Refinanciamento das Dívidas a ser discutido com os/as próprios estudantes! Não é justo que os nossos jovens, os que menos oportunidade de emprego possuem em meio a crise, também sejam vítimas de penalizações dos bancos públicos.

3 – Por uma educação para todas e todos

O nosso governo assumirá no dia 1º de janeiro de 2019, faltando cinco anos e meio para o encerramento da vigência do atual Plano Nacional de Educação. Nesta lei estão inscritos desafios que precisarão do esforço conjunto do governo federal e dos governos estaduais e municipais. A União assumirá as suas responsabilidades redistributivas e supletivas para com a educação básica e se concentrará no cumprimento das metas que são de sua responsabilidade.

- i. Por meio da regulamentação do regime de colaboração, via Sistema Nacional de Educação, a União atuará em conjunto com estados, municípios e o Distrito Federal para garantir o cumprimento do Artigo 208, inciso I da Constituição Federal, o mais breve possível. Nenhum cidadão brasileiro de 4 a 17 anos ficará fora da escola;
- ii. Por meio da implementação do CAQi – Custo Aluno Qualidade Inicial, a União colaborará com a diminuição das desigualdades territoriais, sociais e raciais. A meta, no âmbito do Fundeb, é que se chegue à equalização das oportunidades educacionais, de tal forma que os recursos disponibilizados por aluno se equivalham nas diferentes unidades da federação.
- iii. O governo retomará o crescimento da oferta pública de ensino superior, visando gerar 1 milhão de novas vagas em universidades (Meta 12 do PNE), tendo como fundamento a expansão dos Institutos Federais e promovendo a integração desses com as Universidades Federais:
 - 3.1. A prioridade é expandir nas regiões com menor cobertura e priorizar os cursos que promovam desenvolvimento local, possibilitem novos ecossistemas produtivos, e assegurem pessoal qualificado e conhecimento dos problemas das regiões, criando condições para a universalização do serviço público nas áreas de educação, saúde, moradia, transporte, saneamento e seguridade social;

- A União buscará fazer um planejamento de crescimento da oferta pública em conjunto com a rede estadual de instituições de ensino superior, inclusive utilizando a disposição constitucional de assistência técnica e financeira;
 - Serão garantidas condições de funcionamento para as instituições federais existentes, processo que respeitará a autonomia constitucional, com especial atenção para as unidades criadas na última década;
 - A ampliação do acesso ao ensino superior terá como perspectiva a inclusão e diversificação do perfil socioeconômico e étnico-racial do corpo discente, garantidas pela expansão de vagas em conjunto com medidas de ação afirmativa e a adoção de políticas de permanência estudantil para reduzir as elevadas taxas de evasão do cenário atual. Por isso, será garantido o repasse de fundos governamentais para a construção e manutenção de moradia estudantil, transporte gratuito, programas de alimentação e popularização do acesso à rede internet.
- iv. Em trabalho conjunto com estados e municípios e com apoio da sociedade civil, o governo erradicará o analfabetismo e diminuirá drasticamente o analfabetismo funcional, em todas as faixas etárias. Para além de pagar a dívida histórica com milhões de brasileiros e brasileiras excluídos da oferta escolar, para nosso governo a Educação de Jovens e Adultos é parte indissociável do direito a ter educação ao longo da vida;
- v. A União, em parceria com os municípios e o Distrito Federal, trabalhará para garantir e ampliar a oferta de vagas em creches para a população de 0 a 3 anos, por meio de reconhecimento do valor por aluno, compatível aos custos reais desta etapa de ensino no âmbito do FUNDEB, programa arrojado e pactuado de construção e aparelhamento de unidades e da valorização dos profissionais da educação;
- vi. A União, em parceria com estados, municípios e Distrito Federal, trabalhará para estender o atendimento em tempo integral, de forma integrada e intersetorial, em toda a educação básica;
- vii. Será desenvolvido programa de expansão de vagas na educação profissional, tanto pela ampliação da rede federal, quanto no apoio a expansão da rede estadual de escolas técnicas;

- viii. Os programas federais direcionados a educação básica deverão ser coerentes com a pactuação democrática prevista no SNE e operacionalizada no regime de colaboração, extinguindo quaisquer políticas baseadas nas trocas de favores e barganhas, ainda existentes.

4 – Pela valorização dos espaços de construção do conhecimento

Nosso governo colocará como um dos eixos do desenvolvimento do país a produção do conhecimento, partindo do entendimento que o local privilegiado dessa tarefa se dá nas Universidades Públicas.

Garantiremos a autonomia universitária prevista na Constituição Federal, extinguindo as medidas que afrontam o texto constitucional, possibilitando o autogoverno das instituições e efetiva autonomia de gestão financeira, administrativa, de pessoal e patrimonial. Como condição da autonomia de gestão financeira, estabelecer nova dotação orçamentária, considerando o custeio, as necessidades de investimentos, e o plano de desenvolvimento institucional das instituições, dialogando com as representações estudantis, dos técnico-administrativos e docentes, assim como com as entidades científicas, com dotação orçamentária compatível com as necessidades de bem-viver dos povos que requerem ciência, tecnologia, arte e cultura inventivas e comprometidas com o enfrentamento dos problemas nacionais e continentais.

Como parte da democratização do conhecimento, vamos apoiar, valorizar e viabilizar espaços de aprendizagem dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, por meio de universidades populares e interculturais.

Em conexão, mas respeitando as especificidades, será executado um programa nacional de fomento à inovação e a pesquisa e desenvolvimento, articulando as áreas econômica, social (educação, saúde, cidades etc.) com as áreas de ciência e tecnologia, bem como com a educação. Criar um fundo provisionado com recursos expressivos, articulados a partir do BNDES, para desenvolvimento de novos ecossistemas produtivos que rompam com a dependência tecnológica nas áreas estratégicas como energia, agricultura, fármacos, recursos hídricos, transporte, meio ambiente, saúde, cultura, arte.

Uma política nacional e democrática de Ciência, Tecnologia e Inovação é condição indispensável para um projeto de nação soberana, independente, justa e com igualdade social no lugar dos privilégios e da desigualdade. Todos os países que conseguiram promover Bem-Estar para as suas populações tiveram como uma das bases desse processo um Estado ativo no investimento em pesquisa e uma política democrática que garanta a passagem do conhecimento para o tecido produtivo sem que isso seja apropriado por pequenos grupos, mas que gere ganhos que sejam revertidos para toda a sociedade.

É justamente para impedir consolidação de um ambiente de avanço tecnológico e inovação que o Golpe de 2016 ataca centralmente as universidades e a ciência brasileira. Promoveu o fim do Ministério de Ciência e Tecnologia, e pesados cortes de gastos, inclusive em bolsas e programas inteiros de troca científica. Também brutal, criminalização das universidades, a perseguição ao Reitor Cancellier é triste símbolo deste processo. Houve destruição de setores inteiros de pesquisa e do tecido produtivo. Tudo isso para garantir um Brasil submisso e periférico no capitalismo internacional e com mais privilégios e desigualdades no plano interno.

Não por acaso cientistas e pesquisadores foram aqueles e aquelas que mais se mobilizaram contra o golpe e pela democracia. Isso se deu pela pauta específica da luta pela ciência e inovação. Algumas mobilizações: Marchas pela Ciência, campanha pela volta do MCT - Campanha Conhecimento Sem Cortes. Ação da SBPC no Congresso que conseguiu diminuir os cortes para o orçamento desse ano (2018).

Para reverter esse quadro trágico e constituir um projeto de desenvolvimento justo, soberano e sustentável, nosso programa busca articular Ciência e Tecnologia e Inovação com uma ação estatal forte e democrática. Nosso objetivo é atingir um Desenvolvimento Sustentável e Soberano e um efetivo e estruturante combate às desigualdades e privilégios.

Será fortalecida a cooperação internacional por meio da integração dos sistemas de educação, ciência e tecnologia, constituindo programas de pesquisa estratégicos com a América Latina e outras regiões, ampliando a mobilidade estudantil, de docentes e trabalhadores, e instaurando, a partir das instituições públicas, formas de reconhecimento de títulos, cursos e disciplinas.

Iremos:

- i. Recrear o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação com a garantir de orçamento para viabilizar uma dinâmica de pesquisas de ponta.
- ii. Fundamental consolidar o processo de regulamentação e aplicação do Marco Legal da Ciência e Tecnologia, já aprovado pelo Congresso Nacional.
- iii. Além disso será fundamental elaborar um Plano Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em um processo participativo envolvendo comunidade acadêmica, tecido produtivo e a sociedade civil. O objetivo desse Plano é estruturar uma política estratégica de pesquisa, com metas de longo, médio e curto prazo. É fundamental que se estruture esse processo de modo a evitar que as mudanças de governo inviabilizem dinâmicas de pesquisa que necessitam de décadas para se consolidar. Esse Plano irá seguir objetivos gerais próprios de um projeto de Desenvolvimento Justo e Sustentável – erradicação da pobreza, preservação dos biomas nacionais, promoção do Bem-Estar geral entre outros - e deve prever mecanismos de controle para evitar que o dinheiro público seja usado de modo irresponsável sob o guarda-chuva da necessidade de avaliar algumas pesquisas somente no longo prazo. Mas é indispensável garantir a autonomia e previsibilidade dos recursos para que a comunidade científica possa se planejar e produzir pesquisa de ponta.

5 – Por uma escola democrática

As transformações de que o país precisa exigem espaços de decisão efetivamente democráticos. As escolas, em todos os níveis, serão fortalecidas como espaços de debate de ideias, livres de todas as formas de preconceito. O governo trabalhará para que a escola seja um ambiente de respeito às diferenças e enfrentamento a qualquer tipo de preconceito e discriminação. Afinal, todas as pessoas têm direito a uma educação de qualidade e antidiscriminatória.

- i. O atual Conselho Nacional de Educação será reformulado, para que tenha independência e autonomia frente ao governo e, ao mesmo tempo, a sua representação seja expressão da pluralidade dos setores e segmentos educacionais. O Conselho será uma instância fundamental na pactuação do novo Sistema Nacional de Educação;
- ii. Será encaminhada ao Congresso Nacional a proposta de reformulação do formato de eleição dos gestores das instituições federais de

ensino superior, garantindo o aprofundamento da democracia nas Universidades e Institutos Federais. A proposta será amplamente discutida com a comunidade educacional;

- iii. Como parte do regime de colaboração federativa, as autarquias federais que se relacionam diretamente com estados e municípios serão democratizadas, garantindo-se presença de gestores da educação básica em seus conselhos;
- iv. Serão garantidas a pluralidade das ideias e a liberdade docente, tal como determina a Constituição Federal, e o governo federal adotará medidas para fortalecer a escola como espaço de promoção de valores democráticos, cidadãos, inclusivos e antidiscriminatórios;
- v. Serão desenvolvidos, ampliados e aprimorados programas de inclusão, de promoção da diversidade, de reconhecimento do direito à diferença, bem como de enfrentamento a preconceitos, discriminações e de prevenção à violência, inclusive com vistas a fortalecer o caráter público, gratuito, pluralista, laico, inclusivo e democrático da escola;
- vi. Estabelecer políticas que assegurem a interculturalidade, assegurando espaços educacionais auto organizados pelos povos indígenas, quilombola e demais grupos sociais que forjaram identidades históricas e profunda revisão do material didático que reproduz concepções marcadas pela colonialidade do saber e do poder, expressando concepções racistas e discriminatórias.

6 – Por recursos suficientes para a educação

A repactuação federativa do Sistema Nacional de Educação estará ancorada numa redistribuição de recursos públicos, garantindo as condições para o cumprimento da Meta 20 do Plano Nacional de Educação. Assim, durante o nosso governo, serão criadas as condições legais e financeiras para que alcancemos, em 2024, o percentual de aplicação de 10% do PIB para a educação pública.

Em relação ao financiamento da educação básica este esforço se materializará em uma ampla revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), até dezembro de 2020 e na implementação do CAQI.

Os recursos públicos atualmente carregados ao FIES já superam o total de gastos com manutenção e desenvolvimento da educação superior do

governo federal. Isto é inaceitável. Os últimos dados mostram mais de 41% de inadimplência no programa.

Isso significará uma revisão no peso e no formato dos programas ancorados em repasses financeiros ao setor privado, operando uma transição que não provoque descontinuidade nos contratos existentes, após feita a auditoria do funcionamento dos atuais programas, mas que implemente uma dinâmica na qual a prioridade será o investimento público na rede pública.

Será construída uma matriz de financiamento para a rede federal que garanta uma expansão de vagas, que seja sustentável e que esteja ancorada na existência de um padrão de qualidade.

Buscaremos pactuar também uma matriz de financiamento em parceria com os estados, visando aumentar a oferta de vagas para o ensino superior por meio de expansão das instituições de ensino superior estaduais.

7 – Por uma nova política de avaliação na Educação

As avaliações de larga escala devem servir para melhorar a qualidade da educação e não substituir as políticas públicas de educação.

O nosso governo romperá com a lógica autoritária e mercadológica presente no atual sistema de avaliação educacional. Os processos de avaliação em larga escala – da educação básica aos programas de pós-graduação- serão rediscutidos com vistas a garantir a participação dos entes federados e dos segmentos educacionais, valorizando a avaliação diagnóstica, processual e formativa.

Discutiremos o aprimoramento e a democratização dos processos de avaliação em larga escala e seus indicadores (como o IDEB), os quais necessariamente deverão levar em conta a qualidade da oferta, as condições intra e extraescolares e as experiências das comunidades escolares e precisam ser realizados em conjunto com os vários segmentos da sociedade brasileira.

8 – Pela valorização dos profissionais da Educação

Uma das conquistas mais importantes da sociedade brasileira na última década foi a aprovação de um piso salarial nacional para o magistério (lei 11.738/2008). Além de empenhar-se para garantir o efetivo cumprimento da lei, a União deverá desempenhar um papel ativo na viabilização das políticas de valorização profissional.

Assumimos o compromisso com a valorização profissional, a partir do tripé salário, carreira e formação, garantindo a articulação da formação inicial e continuada, através do fortalecimento dos fóruns de formação dos profissionais da educação e da articulação dos sistemas de ensino e das instituições públicas de formação superior.

- i. O nosso governo, por meio do CAQI auxiliará municípios e estados com maior dificuldade financeira a cumprir a legislação do piso nacional;
- ii. O uso dos recursos previstos em lei para a complementação do piso será regulamentado e executado;
- iii. O novo Conselho Nacional de Educação será o espaço adequado para a construção de políticas de valorização da carreira dos profissionais da educação básica;
- iv. Assumimos como meta, no âmbito da implantação do CAQi, alcançar um valor de Piso Nacional compatível com o salário mínimo necessário do DIEESE, o que significaria um reajuste superior a 50% no atual valor;
- v. O governo enviará projeto de lei ao congresso nacional com proposta de definição de Piso Salarial e parâmetros de carreira para os demais trabalhadores da educação.

9 – Educação não é mercadoria! O setor privado será regulado pelo poder público

Considerando a obrigação constitucional de regulação do setor privado e o peso que este possui atualmente na oferta do ensino superior, será encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Regulação do Setor Educacional Privado. A concentração acelerada de propriedade no setor privado, a fraca fiscalização do funcionamento, a precarização das relações de trabalho e o aumento da modalidade à distância como forma de maximizar seus lucros têm provocado consequências danosas à qualidade da formação

das novas gerações de brasileiros. Dentre os pontos que serão considerados no referido texto temos:

- i. Combate a oligopolização do setor;
- ii. Regulamentação da participação acionária de empresas transnacionais na propriedade de estabelecimentos privados, como parte de uma transição que leve ao seu impedimento;
- iii. Estabelecer regras que garantam padrão de qualidade para o funcionamento das instituições;
- iv. Garantia de gestão democrática e liberdade de organização dos segmentos educacionais;
- v. Construção de novos padrões de formação dos professores, por meio de diálogo com as universidades públicas;
- vi. Apoiar o desenvolvimento acadêmico das instituições privadas sem fins mercantis, objetivando fortalecer o sistema de ensino superior com base nas referências de qualidade social.

PACTO PELA CONFIANÇA!

O BRASIL MAIS JUSTO

Como esperar que uma criança pobre possa competir em igualdade de condições com uma criança rica quando o destino delas foi selado no momento do nascimento?

A criação de oportunidades iguais para todos passa por uma educação de qualidade desde os primeiros anos escolares. O desenvolvimento de nossas crianças no período de 0 a 5 anos de idade é determinante para a sociedade que teremos no futuro, dado o impacto que essa fase tem na capacidade de aprendizagem e na formação da inteligência.

O Brasil gasta 6% do PIB em educação, mas a realidade é que nossas crianças que vão à escola pouco aprendem.

Mesmo investindo na área de educação um percentual maior do que a média dos países da OCDE (6,0% do PIB contra 5,5% do PIB, respectivamente), o Brasil fica muito aquém de seu potencial nos índices internacionais de avaliação de ensino, como o Pisa. O quadro sugere que há uma má alocação dos recursos.

O resultado de uma educação de baixa qualidade é a perpetuação das desigualdades e a limitação dos ganhos de produtividade. Dessa forma, não há crescimento nem geração de emprego e renda de forma sustentável.

O resultado disso são índices decepcionantes de aprendizagem, professores mal remunerados, infraestrutura deficitária. A consequência é que estamos

formando alunos sem saber o mínimo necessário para o ingresso no mercado de trabalho.

É preciso dar condições materiais às famílias, treinamento e condições de trabalho aos professores e afastar qualquer possibilidade de ideologização do ensino.

Assim, o desafio da nova gestão é o de realizar uma verdadeira cruzada pela qualidade do ensino público no Brasil, a começar pela educação básica.

A educação infantil é a principal política de investimento em capital humano e a que tem a maior taxa de retorno. A proposta do Governo Meirelles é:

- Criar o Pró-Criança, oferecendo, nos moldes do ProUni, a todas as famílias atendidas pelo Bolsa Família o direito de optar por colocar seus filhos em creches particulares.

O BRASIL MAIS INTEGRADO

Em terceiro, obras com maior potencial de atraírem recursos privados no atual estágio, minimizando o comprometimento do dinheiro público. Nesse contexto, o BNDES poderá ser instrumental no processo de avaliação e priorização das obras, envolvendo ainda universidades para auxiliar na identificação das prioridades.

O CAMINHO DA PROSPERIDADE

Segurança, Saúde e Educação são nossas prioridades. Tolerância ZERO com o crime, com a corrupção e com os privilégios.

DESAFIOS URGENTES

Educação e saúde à beira do colapso.

LINHAS DE AÇÃO

SAÚDE E EDUCAÇÃO: eficiência, gestão e respeito com a vida das pessoas. Melhorar a saúde e dar um salto de qualidade na educação com ênfase na infantil, básica e técnica, sem doutrinar.

A EDUCAÇÃO TAMBÉM DEVERIA SER MELHOR COM O VALOR QUE O BRASIL JÁ GASTA!

Na Educação, assim como na Saúde, os números levam à conclusão que as crianças e os jovens brasileiros deveriam ter um desempenho escolar muito melhor, tendo em vista o montante de recursos gastos.

Os valores, tanto em termos relativos como em termos absolutos, são incompatíveis com nosso péssimo desempenho educacional.

A estratégia educacional do Japão, Taiwan e Coreia do Sul, países recentemente visitados por Jair Bolsonaro, teve papel chave no desenvolvimento econômico e social. Em uma geração, países pobres ficaram ricos.

Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE.

Além disso, a prioridade inicial precisa ser a educação básica e o ensino médio / técnico.

É POSSÍVEL FAZER MUITO MAIS COM OS ATUAIS RECURSOS! É O NOSSO COMPROMISSO!

GASTAMOS COMO OS MELHORES!

TABLE 9		Education achievements											
		Literacy rate			Gross enrolment ratio					Education quality			
		Adult (% ages 15 and over)	Young (% ages 15-24)	Population with at least some secondary education	Pre-primary	Primary	Secondary	Tertiary	Primary school dropout rate	Primary school teachers trained to teach	Pupil-teacher ratio, primary school	Government expenditure on education	
		Female	Male	(% ages 15 and over)	(% of preschool-age children)	(% of primary school-age population)	(% of secondary school-age population)	(% of tertiary school-age population)	(% of primary school cohort)	(%)	Number of pupils per teacher	(% of GDP)	
WHO rank		2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a	2005-2010 ^a
10	Canada	...	...	100.0	74	101	110	...	...	...	...	5.3	
10	United States	...	...	95.3	71	100	90	97	...	...	15	5.2	
12	Hong Kong, China (SAR)	...	...	77.4	109	111	101	88	1.6	99	14	3.6	
17	Japan	...	...	91.8	90	102	102	82	0.2	...	17	3.8	
18	Korea (Republic of)	...	...	91.4	92	99	98	95	0.4	...	17	4.6	
19	Israel	...	...	88.8	111	104	102	88	0.8	...	13	5.9	
30	Chile	92.9	91.7	99.0	76.5	128	101	100	97	0.5	...	20	4.8
45	Argentina	98.1	99.5	99.1	82.4	72	111	106	80	5.4	...	5.3	
54	Uruguay	98.4	99.3	98.5	53.4	70	110	94	83	5.3	...	14	4.4
76	Lebanon	93.9	95.3	98.9	54.2	84	97	88	43	6.7	97	12	2.6
77	Mexico	94.4	96.8	90.7	57.4	69	103	91	30	4.3	96	27	5.2
79	Ambedham	99.9	99.9	100.0	95.6	23	106	103	23	2.7	100	13	7.4
79	Brazil	92.8	96.2	99.8	57.5	86	110	102	46	...	21	5.9	
79	Wolosa	...	...	...	91	103	101	...	...	83	14	...	
Human development groups													
Very high human development		...	...	88.8	84	102	108	75	...	...	14	5.1	
High human development		95.3	95.3	99.2	70.8	74	105	95	43	...	...	18	...
Medium human development		76.4	89.5	91.5	40.1	34	109	88	23	...	...	29	3.9
Low human development		90.8	89.1	77.5	20.3	16	98	43	8	42.2	76	42	3.8
Developing countries		83.3	88.7	91.8	57.7	42	105	71	28	...	...	26	...
Regions													
Arabic States		80.7	91.6	94.6	47.0	37	99	76	38	18.1	85	21	...
East Asia and the Pacific		95.7	99.0	98.9	68.9	74	106	80	37	...	...	17	...
Europe and Central Asia		98.1	99.4	99.7	81.7	44	104	90	55	5.2	...	18	...
Latin America and the Caribbean		93.2	98.4	98.0	58.1	74	107	95	44	...	...	27	5.4
South Asia		70.3	84.8	88.5	47.9	23	108	85	23	...	...	33	3.4
Sub-Saharan Africa		64.3	71.1	78.3	29.6	25	100	43	8	41.7	76	43	4.8

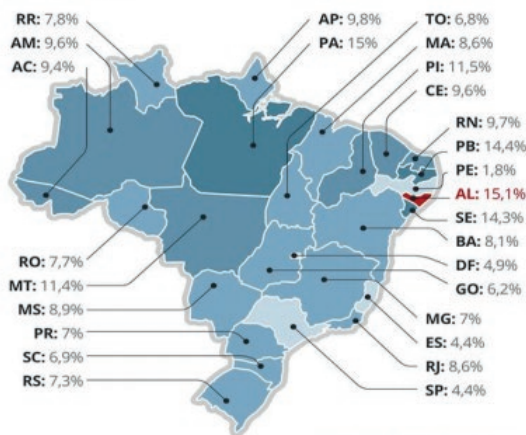
EDUCAMOS COMO OS PIORES!

Os dados da ONU indicam que o nível de gastos que o Brasil tem com educação é incompatível com o péssimo nível educacional dos estudantes. Temos figurado ultimamente entre os piores resultados do PISA, feito pela OCDE.

EDUCAÇÃO

Taxa de abandono no Ensino Médio

Alagoas possui a maior taxa do país



Fonte: Censo Escolar 2016 / INEP

Infográfico elaborado em: 17/05/2018

Segundo o Censo Escolar 2016, divulgado pelo Inep, 2,8 milhões de crianças e adolescentes estão fora da escola. A maior parte tem entre 15 a 17 anos. Os dados são corroborados pelo relatório “Cenário da exclusão escolar no Brasil”, divulgado em 2017 pelo Unicef.

O quadro é mais assustador se pensarmos que dos 51,6 milhões de jovens brasileiros entre 14 e 29 anos de idade, quase metade não completou o ensino médio (IBGE, 2017).

A qualificação crescente dos professores deve ser um sinal que o Brasil realmente busca um lugar de destaque entre as nações desenvolvidas.



Precisamos inverter a pirâmide: o maior esforço tem que ocorrer cedo, com a educação infantil, fundamental e média. Quanto antes nossas crianças aprenderem a gostar de estudar, maior será seu sucesso.

GESTÃO É IMPORTANTE, PORÉM, CONTEÚDO, FORMA E ESTRATÉGIA PRECISAM MUDAR!

Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire, mudando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), impedindo a aprovação automática e a própria questão de disciplina dentro das escolas.

Hoje, não raro, professores são agredidos, física ou moralmente, por alunos ou pais dentro das escolas.

As universidades precisam gerar avanços técnicos para o Brasil, buscando formas de elevar a produtividade, a riqueza e o bem-estar da população. Devem desenvolver novos produtos, através de parcerias e pesquisas com a iniciativa privada. Fomentar o empreendedorismo para que o jovem saia da faculdade pensando em abrir uma empresa. Enfim, trazer mais ideias que mudaram países como Japão e Coréia do Sul.

Educação à distância: deveria ser vista como um importante instrumento e não vetada de forma dogmática. Deve ser considerada como alternativa para as áreas rurais onde as grandes distâncias dificultam ou impedem aulas presenciais.

Um dos maiores males atuais é a forte doutrinação.

EDUCAÇÃO: INTEGRANDO PARA MELHORAR

Atualmente os diferentes sistemas de educação do Brasil não conversam entre si. As três instâncias funcionam de maneira isolada: o Governo Federal foca mais no ensino superior, os governos estaduais na educação média/técnica, e os Municípios no ensino fundamental.

Precisamos evoluir para uma estratégia de Integração, onde os três sistemas dialoguem entre si.

Com base em avaliações técnicas, a Integração permitirá diagnósticos precisos, quer no desempenho dos estudantes ou na qualificação dos professores.

As universidades públicas e privadas contribuirão, nesse novo modelo, na qualificação de alunos e professores nas áreas aonde existam carências.

Será possível detectar e corrigir dificuldades no processo de formação de nossas crianças e jovens. Com isso acreditamos que todos os indicadores irão melhorar, na busca de um jovem melhor preparado para o futuro e para a vida.

MAIS OPORTUNIDADES MENOS PRIVILÉGIOS

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE E CONHECIMENTO PARA QUE AS CRIANÇAS E OS JOVENS POSSAM CONSTRUIR SEU FUTURO EM UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO

Educação e liberdade são a base para a construção de uma sociedade próspera.

A nossa educação apresenta, sob inúmeros ângulos, indicadores muito ruins: 93% dos alunos terminam o ensino médio sem noções básicas de matemática, 27% dos brasileiros entre 15 e 64 são analfabetos funcionais. Gastamos 3 vezes mais com o aluno do nível superior (US\$ 12 mil), do que com o aluno do ensino básico (US\$ 3,8 mil). Apesar do aumento das verbas para educação, entre 2012 e 2016, o Brasil caiu 7 posições no ranking do PISA. O ensino infantil é a base da formação cognitiva e somente 30% das crianças estão nas creches. A educação é a base de qualquer sociedade.

VISÃO

Queremos educação básica de qualidade para todos os brasileiros. Cidadãos preparados e conscientes serão determinantes no estabelecimento de uma sociedade harmônica, próspera e sustentável.

LONGO PRAZO

Subir o Brasil 50 posições no ranking do PISA.

Universalizar o acesso das crianças às creches.

PROPOSTAS

- Priorizar a educação básica na alocação de recursos federais.
- Expansão do acesso ao ensino infantil e creches.
- Gestão profissional na direção das escolas de todo o País.
- Programa de bolsas em escolas particulares para alunos do ensino público.
- Consórcios intermunicipais para a boa gestão da educação nas cidades menores.
- Reconhecer e valorizar, na distribuição de recursos do FUNDEB, os estados, municípios e as escolas que melhorarem o aprendizado dos alunos.
- Base curricular da formação dos professores direcionada à metodologia e à prática do ensino, não a fundamentos teóricos.
- Ampliar o ensino médio-técnico para atrair e melhor formar os jovens para o mercado de trabalho.
- Aproximar o ensino profissionalizante das demandas reais do mercado de trabalho.
- Universidades: melhor gestão, menos burocracia, novas fontes de recursos não-estatais e parcerias com o setor privado voltadas à pesquisa.
- Novas formas de financiamento de cultura, do esporte e da ciência com fundos patrimoniais de doações.

DISTRIBUIR A RENDA, SUPERAR A CRISE E DESENVOLVER O BRASIL

12. VAMOS REALIZAR UMA REFORMA EDUCACIONAL

A educação é um instrumento fundamental para o desenvolvimento, além de contribuir para que este se realize em benefício das amplas massas da população. A oferta de vagas no ensino superior brasileiro é hoje majoritariamente privada: 75,3% dos 8 milhões de alunos matriculados fazem seus cursos em escolas particulares, e apenas 24,7% estão em escolas públicas (2016). No entanto, 45% dos matriculados em escolas particulares recebem algum tipo de financiamento com recursos públicos, como o ProUni e o FIES. As escolas particulares, com raras exceções, não praticam a integração entre ensino, pesquisa e extensão e oferecem um ensino deficiente. O ensino de qualidade, combinado com a pesquisa e a extensão, é realizado nas universidades públicas. Para que a educação cumpra um papel transformador no processo de desenvolvimento, trabalharemos para que o ensino superior seja prioritariamente público. Para isso, os 10% do PIB para a educação estabelecidos em lei serão destinados, prioritariamente, à educação pública. O Plano Nacional de Educação (Lei 13.005), aprovado em 2014, estabelece como meta para 2024 elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% da população de 18 a 24 anos, cabendo ao setor público, pelo menos, 40% das novas matrículas. Mas o governo não tem feito absolutamente nada para atingir essa meta: ao contrário, o índice baixou de 34,6% em 2015 para 32,8% em 2017. Comprometemo-nos a antecipar para 2022 a meta de 50% estabelecida no PNE e a elevar a participação das universidades públicas nas novas vagas para 80%.

No caso do ensino básico (infantil, fundamental e médio), ao contrário do ensino superior, a grande maioria dos estudantes está em escola pública: 73,5% dos 56,5 milhões (2017), enquanto 26,5% estudam em escolas privadas. Também ao contrário do ensino superior, a escola pública do ensino básico oferece um débil processo de aprendizagem, por várias razões: 1) o piso salarial do professor é muito baixo: R\$ 2.455,35; 2) com apenas uma jornada parcial na escola e sem apoio em casa (porque os pais trabalham) para orientá-los nas tarefas escolares, os estudantes do ensino básico são vítimas de um aprendizado deficiente; 3) como o ensino básico é de responsabilidade de estados e municípios, é limitada a ação de uma política nacional para possibilitar a melhoria da qualidade. Como consequência, os estudantes oriundos de escolas públicas têm dificuldades no acesso ao ensino superior. Esse é o verdadeiro gargalo da educação brasileira: enquanto a taxa de escolarização dos jovens de 15 a 17 anos em 2017 (ensino médio) era de 87,2%, a dos jovens de 18 a 24 anos (ensino superior) era de apenas 32,8%. O ensino fundamental já está universalizado. Nosso compromisso é universalizar o ensino médio e criar as condições para melhorar substancialmente a qualidade da educação básica pública. Para isso, adotaremos as seguintes medidas: 1) equiparar, ao longo dos quatro anos de mandato, o piso salarial do ensino básico ao piso dos Institutos Tecnológicos: R\$ 6.064,50 para titular com graduação (dado de 2018); 2) unir os esforços da União, Estados e municípios para implantar a educação integral em tempo integral em todas as escolas, nos moldes dos CIEPS construídos pioneiramente por Leonel Brizola no Rio de Janeiro. Nosso compromisso é concretizar 50% dessa meta ao longo dos quatro anos de mandato. No caso do ensino infantil, nosso compromisso é zerar o déficit de creches e pré-escolas em quatro anos. Atualmente, apenas 22,53% das crianças de 0 a 3 anos estão nas creches, na maioria terceirizadas e despreparadas, que servem apenas como locais de permanência de crianças para os pais poderem trabalhar. Devemos encarar o ensino infantil – dividido em creche, de 0 a 3 anos, e pré-escola, de 3 a 6 anos – como parte da formação educacional. A educação infantil deve ser ministrada por profissionais preparados para lidar com a criança nesta importante fase da vida.

BRASIL JUSTO, ÉTICO, PRÓSPERO E SUSTENTÁVEL

EDUCAÇÃO COMO DIREITO E BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Se a educação é a base para o futuro, precisamos pensá-la a partir do amanhã que queremos: inclusivo, em rede, preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do século 21.

O futuro do Brasil será decidido nas salas de aula. A educação é direito fundamental previsto na Constituição Federal e é também condição para o desenvolvimento social e econômico do país. A igualdade de oportunidades só será alcançada com a garantia de que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à educação de qualidade.

Nosso primeiro compromisso é com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), fruto de intenso debate com a sociedade brasileira. Pode parecer óbvio, mas não é pouco. O Brasil tem importantes marcos legais que não são cumpridos. Empenharemos nossos maiores esforços, em articulação com Estados e Municípios, no cumprimento das metas do PNE.

O Brasil não pode continuar negligenciando sua educação básica. Nosso governo atuará ao lado de Estados e Municípios, de forma coordenada, regulamentando o Sistema Nacional de Educação, de forma a garantir assistência técnica e financeira e tendo como uma das ações prioritárias o estabelecimento de padrões nacionais de qualidade, da creche ao ensino médio, técnico e profissional.

Todos na escola, aprendendo

Precisamos garantir que nossos estudantes permaneçam na escola e aprendam. Hoje, a maioria dos estudantes do ensino fundamental não atinge níveis de proficiência adequados. Para enfrentar esse problema, adotaremos políticas para a valorização dos professores, com ações voltadas ao aprimoramento da formação pedagógica e dos planos de carreira.

Daremos continuidade às políticas de implementação da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios nesta missão. No que diz respeito ao chamado novo ensino médio, é preciso avaliá-lo criticamente, em debate com as instituições educacionais e redes de ensino, reconhecendo que a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária dele constantes não são compatíveis com a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Daremos apoio aos Estados para que as deficiências de implementação e de assistência técnica e pedagógica não penalizem os jovens e que o resultado seja, de fato, a redução da evasão escolar e a maior aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, de um lado, e o devido preparo para a universidade para os que assim desejarem, de outro.

É necessário também que cada estudante seja estimulado a superar suas dificuldades, a realizar seu pleno potencial e alcançar seus objetivos de vida, para isso estados e municípios receberão apoio para reduzir o problema do atraso escolar, visando caminharmos para cumprir a meta de zerar a distorção idade/série, o mais rápido possível.

Incentivaremos a expansão da educação integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade, articulando diferentes políticas setoriais e parcerias com a sociedade civil organizada, que viabilizem a oferta de espaços físicos, compartilhando responsabilidades e aprendizados.

Enfrentaremos o problema do analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos. Essa é uma realidade que vamos mudar.

A escola deve ser um lugar atrativo para nossos jovens. Investiremos em infraestrutura adequada, salas de aula e locais de convivência e apoio didático, como quadras esportivas e bibliotecas. Nossas escolas devem promover

atividades que estimulem o interesse dos jovens e seu desenvolvimento integral, por isso, o uso de novas tecnologias nos processos de aprendizagem será incentivado, bem como o ensino de linguagens artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura. Promoveremos, também, a educação científica de qualidade, fundamental para elevar a sociedade brasileira a um novo patamar.

O combate a qualquer tipo de discriminação começa na escola. Criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de *bullying*, violência e discriminação dentro do Plano Nacional de Educação para - como garante a Constituição - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual (LGBTIs), condição física, classe social, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Valorizaremos o ensino técnico e profissional, buscando uma maior integração às demandas do mercado de trabalho, enfrentando o alto índice de evasão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ensino superior integrado à Ciência, Tecnologia e Inovação

Nosso governo buscará a ampliação do acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas.

A aproximação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do ensino superior, também será promovida. Investir em CT&I é condição para o desenvolvimento do país e nossas universidades devem ser desafiadas a realizar pesquisas que contribuam para a superação de nossos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Nenhum país terá como alavancar seu desenvolvimento sem promover a disseminação da ciência, inovação e tecnologia no âmbito da sociedade. No Brasil, será preciso retomar firmemente, de forma contínua e articulada as políticas públicas, aumentando os recursos para CT&I, com atenção para combater as desigualdades regionais e a pouca inserção no sistema produtivo.

16 PONTOS DE UM PROGRAMA SOCIALISTA PARA O BRASIL CONTRA A CRISE CAPITALISTA

6 – MORADIA, EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA E DE QUALIDADE PARA TODOS!

É preciso desapropriar os imóveis e terrenos vazios que hoje servem à especulação de grandes construtoras e bancos, e destiná-los à moradia popular, sob o controle dos próprios moradores. É necessário ainda regularizar imediatamente as áreas ocupadas pelo povo pobre e trabalhador, suspendendo todos os despejos. Investir ainda na construção de moradias populares até zerar o déficit habitacional.

Educação e saúde, da mesma forma, não podem ser mercadorias. São direitos básicos que todos devem ter acesso. Para isso, é preciso estatizar as escolas e universidades privadas, assim como os hospitais privados, garantindo educação em todos os níveis, e assistência e tratamento médico integral para os trabalhadores e a população pobre. É preciso investir de forma maciça em saúde e educação, revertendo o que hoje vai para o pagamento da dívida aos banqueiros para essas áreas sociais.

ANEXO

ELEIÇÕES 2018 10 PROPOSTAS RELEVANTES PARA A EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA

*Decálogo elaborado pelo Fórum das Entidades
Representativas do Ensino Superior Particular*

1. Combater o analfabetismo e os impactos gerados ao longo do processo educacional;
2. Avançar na reformulação da educação básica de forma a atender as metas do Plano Nacional de Educação;
3. Investir na formação de professores e incentivar a carreira docente;
4. Estimular a inovação na educação superior, modernizando o processo de ensino-aprendizagem;
5. Fomentar a formação tecnológica para atender às novas profissões, potencializando a empregabilidade;
6. Defender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, adequando a legislação vigente para que seja efetivamente cumprida;
7. Diversificar e ampliar o acesso à educação superior com ênfase em programas de inclusão social, como Fies e ProUni;
8. Fortalecer a educação a distância (EAD) como fator estratégico para o desenvolvimento do país e para o atingimento das metas do PNE;
9. Ampliar a participação do setor privado na elaboração das políticas públicas para a educação superior;
10. Estabelecer uma política de Estado para a educação superior, conferindo segurança jurídica aos agentes envolvidos.

APRESENTAÇÃO

O presente documento, *Eleições 2018 - 10 propostas relevantes para a educação superior brasileira*, foi elaborado por **Arnaldo Niskier** – jornalista, professor e escritor brasileiro, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL); **Antonio Carbonari Netto** – educador, membro da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE) e **Gilberto Garcia** – reitor, membro da Câmara de Educação Superior do CNE e ex-presidente do órgão.

As propostas aqui apresentadas são fruto de deliberação política do Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, que, constituído em abril de 2008, congrega as principais organizações que atuam para o fortalecimento da educação superior particular no Brasil, a saber:

- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES);
- Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades (Abrafi);
- Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu);
- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp);
- Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen);
- Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep);
- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro (Semerj).

No Brasil de hoje, não é exagero afirmar que a educação superior é, marcadamente, particular quanto à sua oferta. Se é verdade que o poder público não consegue suprir a necessidade da demanda educacional do país em nenhum nível de ensino, o quadro se agrava quando pensamos no superior.

Vale ressaltar que as instituições particulares de educação superior contribuem de maneira crucial para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a transformação de vidas a partir das oportunidades que se abrem após a conclusão da graduação. Sem sombra de dúvida, a maior parte das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, não serão vencidas sem a efetiva contribuição do setor privado, conforme apontam os dados a seguir:

- De acordo com o Censo da Educação Superior 2016 (Inep/MEC), o setor privado representa **88%** das instituições de educação superior sendo responsável por **75%** do total de matrículas nesse nível de ensino. Ou seja, de cada 4 alunos matriculados no país, 3 estão nas instituições particulares;
- Dos cerca de 8 milhões de alunos que atualmente cursam graduação no país, mais de **6 milhões** estão nas salas de aula da iniciativa privada.

Nesse contexto, a atuação do Fórum tem como eixo norteador a premissa de que o ensino é livre à iniciativa privada, desde que atendidas as normas gerais da educação nacional. A entidade age para que o poder público garanta às instituições particulares de ensino superior as condições necessárias para que possam atuar sem limitações ou discriminações.

Com o trabalho pautado, prioritariamente, em uma forte atuação junto aos principais atores da política nacional de educação, mais do que acompanhar a legislação e/ou propostas em tramitação, sempre que necessário a entidade atua na melhoria das normas e políticas públicas educacionais, de acordo com a realidade da educação superior brasileira.

O Fórum figura como a maior instância catalisadora de debates sobre a educação superior, além de ser referência em estudos e pesquisas, tanto na área acadêmica quanto no âmbito político. Historicamente, tem sido apresentado ao Ministério da Educação (MEC), ao Congresso Nacional e a setores organizados da sociedade propostas de políticas públicas para a educação superior que expressam as reivindicações legítimas do setor privado, visando a busca contínua pela qualidade na atividade educacional.

Assim, por considerar a educação como campo estratégico para o desenvolvimento da nação e condição básica para a construção de uma sociedade democrática, o Fórum apresenta um conjunto de propostas que podem ser utilizadas como subsídios para a elaboração dos programas de governo dos candidatos à Presidência da República, visando a busca contínua pela qualidade do processo educacional.

Trata-se de uma soma atualizada de desafios e propostas colaborativas, ao mesmo tempo em que firma o compromisso do Fórum em predispor seus

pesquisadores e consultores às agremiações políticas na tarefa de identificar e adotar os meios que visem à sua concretização.

Cabe destacar que os apontamentos levam em conta a relevância da educação para a melhoria da produtividade e da competitividade, dois fatores que podem impactar de forma expressiva, a título de exemplo, no crescimento econômico e na recuperação das condições de vida das populações.

Não foram esquecidas recomendações que visam as mudanças necessárias para a melhoria dos demais sistemas de ensino, para além do sistema federal. Por isso, ressalta-se que a soma dos desafios e das propostas aqui apresentadas ultrapassam os limites da educação superior, contemplando também a educação básica.

Enfrentamos ainda profundas disparidades regionais e entraves nos universos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, realidade que alimenta o ciclo vicioso de um dos maiores dramas sociais do país. Para se alcançar as metas corretivas estabelecidas no PNE será necessário um grande pacto nacional de valorização e fortalecimento das demandas educacionais.

O Fórum anseia que os candidatos à Presidência da República possam extrair deste documento ideias propositivas para seus programas de governo e que transformem a educação, efetivamente, em uma política pública prioritária para o Brasil.

Isto posto, apresenta um decálogo, ou seja, um conjunto de dez ações com intervenções inadiáveis na política educacional, do ponto de vista do segmento privado, enquanto propostas para a construção dos programas de governo na área da educação.

Essas ações, algumas já inseridas nas metas vigentes do PNE, também deverão conduzir aos propósitos expressos nos incisos do art. 214 da Constituição Federal, quais sejam: erradicação do analfabetismo; melhoria da qualidade do ensino; universalização do atendimento escolar; formação para o mundo do trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do país.

As propostas que se seguem também se identificam como peça técnica referencial para a ação pública do Estado na esfera da educação.

1. Combater o analfabetismo e os impactos gerados ao longo do processo educacional;

Os números atuais da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua 2017) relativos ao analfabetismo das pessoas com idade acima de 15 anos demonstram que a taxa caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017. Isso significa que o país ainda tem 11,5 milhões de pessoas que não sabem ler e escrever. A meta nº 9 do PNE previa uma taxa de 6,5%, em 2015, e a erradicação do analfabetismo até 2024. Para se alcançar o pleno exercício da cidadania, o **Fórum** ressalta serem fundamentais as políticas públicas de combate ao analfabetismo, bem como o investimento no processo de formação do aluno, evitando que os jovens saiam da escola com deficiência na compreensão do que leem, o chamado analfabetismo funcional.

2. Avançar na reformulação da educação básica de forma a atender as metas do Plano Nacional de Educação;

Os últimos levantamentos nacionais apontam que pouco mais da metade dos jovens brasileiros concluem a educação básica até os 19 anos de idade. No último ano, as matrículas no ensino médio tiveram queda e, atualmente, cerca de 1,5 milhão de jovens de 15 a 17 anos estão fora da escola, segundo dados do Censo de Educação Básica de 2017. Na faixa entre 15 a 29 anos, a PNAD Contínua 2017 mostra que 11,2 milhões de jovens além de não frequentarem a escola também não estão empregados: números comprometedores para o desenvolvimento nacional. O **Fórum** defende o aprofundamento da reforma do ensino médio, de forma que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) possa se adequar à realidade do jovem de hoje. Sem educação básica de qualidade não se consegue dar uma formação acadêmica e profissional qualificada.

3. Investir na formação de professores e incentivar a carreira docente;

Atendendo a meta nº 2 do PNE, o Brasil tem buscado universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos, mas há falhas no que diz respeito à qualidade, em parte devido à insuficiente formação e às limitações nas condições de trabalho de professores e educadores. Ações como o aumento

de 3 para 4 anos na duração da formação do professor, ora em implantação, devem se somar à modernização dos currículos de modo a haver sintonia com as novas tecnologias a serem utilizadas em sala de aula. Para o **Fórum**, a efetividade dessas políticas dependerá, em grande parte, do esforço do Estado para materializar as metas inscritas no PNE e os compromissos estabelecidos concernentes à formação dos profissionais da Educação, com a garantia do regime de colaboração entre a União, os estados, o DF e os municípios.

4. Estimular a inovação na educação superior, modernizando o processo de ensino-aprendizagem;

O mapa do desenvolvimento do Brasil passa pelo investimento em inovação, inclusive na modernização da educação superior, notadamente no campo do ensino-aprendizagem. Por meio do estímulo à inovação, as instituições serão capazes de desenvolver novos ambientes que potencializem a aprendizagem dos alunos, acompanhando as tendências do mundo digital. Nesta direção, o **Fórum** aponta como essencial o estímulo à inovação por meio de uma legislação mais apropriada e de linhas de financiamento compatíveis com as necessidades requeridas nesta área, inclusive com benefícios fiscais que se somem ao esforço privado.

5. Fomentar a formação tecnológica para atender às novas profissões, potencializando a empregabilidade;

O primeiro grande desafio que se apresenta aos mundos do trabalho e da educação profissional e tecnológica no Brasil é o de vencer o preconceito contra o ensino profissionalizante, ainda considerado uma espécie de educação inferior. Uma nova formação para o mercado de trabalho requer, hoje, a compreensão global do processo produtivo, com a apreensão do saber tecnológico e a valorização da cultura laboral. Profissionais mais qualificados, em carreiras inovadoras, obtêm melhor renda e são mais imunes ao desemprego. O **Fórum** é convicto de que a educação profissional tecnológica deve ser colocada entre as prioridades da política educacional com vistas a fomentar a empregabilidade no país.

6. Defender o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, adequando a legislação vigente para que seja efetivamente cumprida;

Não obstante os esforços recentes de revisão dos instrumentos de avaliação de cursos e de instituições de educação superior, o sistema continua subordinado a um modelo acadêmico incompatível com a modernidade. Isso se torna ainda mais discrepante levando em conta a aplicação desses instrumentos à realidade das pequenas e médias instituições e as especificidades regionais de um país continental. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior deve privilegiar a oferta de qualidade, sem desconsiderar a diversidade de instituições, as necessidades locais e a dinâmica do mercado de trabalho. O **Fórum** propõe que, com a contribuição de representantes do setor privado, seja promovida ampla reforma na política de avaliação da educação superior, visando corrigir as dissonâncias existentes.

7. Diversificar e ampliar o acesso à educação superior com ênfase em programas de inclusão social, como Fies e ProUni;

Nos últimos anos, o Brasil alcançou números expressivos e ampliou o ingresso no ensino superior por meio de programas como o Fies e o ProUni. Apesar do período respeitável de êxito e de terem sido beneficiados muitos alunos, especialmente os de baixa renda, os resultados foram perdendo força nos últimos anos. O **Fórum** vê como imprescindível a ampliação da oferta dos programas de inclusão social, bem como o uso de critérios mais adequados de modo a garantir a plena execução do Fies e do ProUni, o que não ocorre no momento atual.

8. Fortalecer a educação a distância (EAD) como fator estratégico para o desenvolvimento do país e para o atingimento das metas do PNE;

Ao se considerar um país com área total de mais de 8,5 milhões de km², além do déficit de oferta para atender a demanda por graduação nas regiões mais remotas do território nacional, o incremento da educação a distância (EAD) deve ser pauta prioritária da política pública educacional brasileira. A EAD é,

incontestavelmente, fator de capacitação de profissionais e de transformação econômica e social. Hoje, são mais de 1,5 milhão de estudantes atendidos pela EAD, com crescimento considerável a cada ano. A oferta de cursos a distância precisa ser ainda mais difundida de modo a contribuir para se alcançar as metas do PNE. O **Fórum** afirma que a expansão da educação a distância com qualidade deve ser vista como fator significativo e estratégico para o desenvolvimento regional, econômico e social do país.

9. Ampliar a participação do setor privado na elaboração das políticas públicas para a educação superior;

É sempre válido relembrar que o setor privado de educação superior representa 88% das instituições no Brasil e é responsável por 75% das respectivas matrículas. A presença habitual e permanente de profissionais atuantes no segmento privado junto a colegiados e comissões federais constituídos para tratar da matéria educação, sobretudo em temas sobre avaliação e regulação do ensino, não só conduz à pluralidade salutar das ideias e das visões, como aprimora o debate das políticas públicas. Considerando a relevante representatividade do segmento privado de educação superior no país, o **Fórum** entende que se faz justa e necessária a presença e voz do setor para contribuir com a formulação das políticas públicas que dizem respeito ao segmento.

10. Estabelecer uma política de Estado para a educação superior, conferindo segurança jurídica aos agentes envolvidos.

O Brasil precisa estabelecer políticas de longo prazo na educação superior, sem que a eventual troca de ocupantes dos cargos governamentais ocasione em modificações drásticas nos rumos das diretrizes traçadas para o setor. O **Fórum** alerta para o fato de que, sem regras claras e duradouras, não há segurança jurídica para investir em novos *campi*, em ferramentas tecnológicas de alto custo e em novas áreas do conhecimento, que demandam anos de dedicação e estabilidade regulatória.

Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular

Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES)

Associação Brasileira das Faculdades (Abrafi)

Associação Nacional dos Centros Universitários (Anaceu)

Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo (Semesp)

Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen)

Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep)

Sindicato das Entidades Mantenedoras dos Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro (Semerj)

Dirigentes

José Janguê Bezerra Diniz – ABMES (presidente)

Edgard Larry – Abrafi

Arthur Sperandeo de Macedo – Anaceu

Hermes Ferreira Figueiredo – Semesp

Paulo Antonio Gomes Cardim – Confenen

Amábile Pacios – Fenep

Celso Niskier – Semerj

Comissão de elaboração

Arnaldo Niskier (coordenador)

Antonio Carbonari Netto

Gilberto Garcia



ABMES[®]

SHN Qd. 01, Bl. "F", Entrada "A", Conj. "A"

Edifício Vision Work & Live, 9º andar

CEP: 70.701-060 - Asa Norte, Brasília/DF

Fone: (61) 3322-3252 | E-mail: abmes@abmes.org.br